



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULDADE HUMANÍSTICA Y DE LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO

CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PELOS
PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

Marcos Antonio Barbosa

Asunción, Paraguay

2020

Marcos Antonio Barbosa

**CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PELOS
PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO**

Tese presentada ao Programa de Pós - Graduação de Mestrado em Ciencias de la Educación de la Universidad Autónoma de Asunción – Py, como requisito para obtenção do grau de Máster en Ciencia de la Educación.

Tutor: Dr. Daniel González González

Asunción, Paraguay

2020

Barbosa, Marcos Antonio

CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PELOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

Asunción (Paraguay): Universidad Autónoma de Asunción, 2019.

Tesis de Maestría en Ciencias de la Educación, p. 104

Orientador: Prof. Dr. Daniel González González

Lista de Referencias: p.75

1. Aprendizagem.2. Concepções 3. Educação de qualidade.4. Ensino Médio 5. Formação do Professor

Marcos Antonio Barbosa

**CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PELOS PROFESSORES
DO ENSINO MÉDIO**

Esta Dissertação foi avaliada e aprovada em ____/____/____ para obtenção de Master en
Ciência de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción- UAA

DEDICATORIA

Dedico _____

AGRADECIMENTO

“Todo conhecimento comporta o risco do erro e da ilusão. A educação do futuro deve enfrentar o problema de dupla face do erro e da ilusão. O maior erro seria subestimar o problema do erro; a maior ilusão seria subestimar o problema da ilusão. O reconhecimento do erro e da ilusão é ainda mais difícil, porque o erro e a ilusão não se reconhecem como tal.”

Edgar Morin (2011)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	X
LISTA DE SIGLAS.....	XI
LISTA DE FIGURAS.....	ERROR!
BOOKMARK NOT DEFINED.	
RESUMO.....	XIII
RESUMEN.....	XIV
INTRODUÇÃO.....	E
RROR! BOOKMARK NOT DEFINED.	
1. CAPÍTULO: O CONTEXTO HISTÓRICO E ATUAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	6
1.1. Mudanças de Paradigmas.....	6
1.2. As novas tecnologias como ferramentas de melhoria da aprendizagem dos estudantes.....	11
1.2.1. Perfil do professor e exigências no atual cenário tecnológico.....	14
1.2.2. O desafio de ensinar na perspectiva de educar com qualidade.....	16
1.2.3. As práticas avaliativas do professor.....	20
2. CAPÍTULO O ENSINO DE QUALIDADE E A ESCOLA PÚBLICA.....	23
2.1. A participação da família no processo educativo.....	26
2.1.1. O Brasil e a educação de qualidade: negligencias histórica diante de um direito fundamental.....	29
2.2. A importância da gestão democrática no desempenho escolar dos estudantes..	31
2.2.1. Legislação brasileira e a gestão democrática..	34
3. MARCO METODOLÓGICO.....	37
3.1. O problema da Pesquisa.....	37
3.2. Objetivos.....	39
3.2.1. Objetivo geral	39
3.2.2. Objetivos específicos.....	39
3.3. Definições Metodológicas: Enfoque e Desenho.....	41
3.3.1. Contexto do estudo.....	43
3.3.2. População participantes.....	43
3.3.3. Técnicas e instrumentos.....	44
3.3.4. Validação do instrumento.....	45

3.3.5. Procedimentos para coleta dos dados.....	45
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	46
4.1. Interpretação dos Dados do Questionário do Professor.....	46
4.1.1. Conhecendo o perfil do professor	46
4.2. Concepções dos professores sobre Educação de Qualidade.....	48
4.3. Motivos que levam a maioria dos professores a não matricular seu(a) filho(a) na escola pública.....	52
4.3.1. Determinantes que impossibilitam a escola pública na oferta de uma educação com maior qualidade.....	55
4.4. Gestão escolar e as trocas de experiências entre os professores.....	57
4.4.1. Estimulos da escola voltados as provas externas	59
4.4.2. A gestão escolar participativa e democrática.....	60
4.4.3. Dificuldades na execução da prática pedagógica.....	62
4.4.4. A participação da família no processo educativo.....	64
4.5. Mudanças na prática da escola para uma educação com mais qualidade.....	67
4.5.1. A contribuição da escola para os estudantes com dificuldades de aprendizagem.....	68
CONCLUSÃO.....	71
PROPOSTAS.....	74
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICES.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Perfil dos professores	pág. 47
Tabela 2	Concepções dos professores sobre Educação de Qualidade	pág. 51
Tabela 3	Determinantes que impossibilitam a escola em ofertar uma educação de melhor qualidade	pág. 56
Tabela 4	Gestão escolar participativa e democrática	pág. 62
Tabela 5	Família X escola	pág. 65
Tabela 6	Professor X família	pág. 66

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular
EaD	Ensino a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EREMAG	Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes de Bases
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PISA	Programa Internacional de Avaliação dos Alunos
PNE	Plano nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
ProUni	Programa Universidade para Todos
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SIEPE	Sistema de Informatização Estadual de Pernambuco
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ranking dos países em crescimento na qualidade da educação	pág. 17
Figura 2	Declínio na nota máxima dos estudantes no ENEM	pág. 30
Figura 3	Desenho da pesquisa	pág. 40
Figura 4	Tipo e enfoque da pesquisa	pág. 40
Figura 5	Imagem da Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra	pág. 42
Figura 6	IDEB da Escola de Referência do Ensino Médio Severino de Andrade Guerra	pág. 43

RESUMO

O tema qualidade na educação brasileira tem sido abordado por vários segmentos sociais. Ele pode ser visto pela ótica da adequação de melhores metodologias para alcançar antigos objetivos instrucionais ou em detrimento de um currículo em mudança. É um conceito ligado a concepções diferenciadas das pessoas. Este estudo apresenta uma reflexão por meio de uma pesquisa realizada em uma Escola Estadual e respaldada na literatura tendo como objetivo maior na elaboração do texto: Analisar as concepções dos professores da Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra em Machados – PE em relação à Educação de Qualidade, bem como, suas contribuições ao colocar o estudante como protagonista do seu próprio aprendizado. Os estudos realizados têm como base em artigos já publicados e obras literárias de diversos autores e demonstrou que a qualidade da educação envolve um conjunto de variáveis, intra e extraescolares, que interferem na qualidade da educação, entre as quais: a formação acadêmica do professor, a concepção do que o professor, a ausência da família no processo educativo. Desta forma chegou-se à conclusão a qualidade da educação necessita ser encarada de forma sistemática pelo sistema de educação, combatendo os entraves que impossibilitam de alcançar melhores resultados na aprendizagem dos estudantes em todo o seu conjunto. Em contrapartida aconselha-se que a escola promova ações que envolvam a participação da família dentro do seu espaço e ofereça condições ao professor de se reciclar tecnologicamente.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem. Concepções. Educação de qualidade. Ensino Médio. Formação de professor.

RESUMEN

El tema calidad en la educación brasileña ha sido abordado por varios segmentos sociales. Puede ser visto desde la óptica de la adecuación de mejores metodologías para alcanzar antiguos objetivos instruccionales o en detrimento de un currículo en continuo cambio. La calidad es un concepto ligado a concepciones diferenciadas de las personas. Este estudio presenta una reflexión por medio de una investigación realizada en una Escuela Estatal y respaldada en la literatura teniendo como objetivo general: Investigar las concepciones de los profesores de la Escuela de Referencia en Enseñanza Media Severino de Andrade Guerra en Machados - PE en relación con la Educación de Calidad, así como sus contribuciones al situar al estudiante como protagonista de su propio aprendizaje. Los estudios realizados toman como base artículos ya publicados y obras literarias de diversos autores demostrando que la calidad de la educación involucra un conjunto de variables, intra y extraescolares, que interfieren en la calidad de la educación, entre las Cuales destacamos académica del profesor, las concepciones del profesor, y la ausencia de la familia en el proceso educativo. De esta forma llegamos a la conclusión de que la calidad de la educación necesita ser encarada de forma sistemática por el sistema educativo, combatiendo los obstáculos que imposibilitan alcanzar mejores resultados en los aprendizajes de los estudiantes en todo su conjunto. Se aconseja que la escuela promueva acciones que involucren a la participación de la familia dentro de su espacio y ofrezca condiciones al profesor de reciclarse tecnológicamente.

PALABRAS CLAVE: Aprendizaje. Concepciones. Educación de calidad. Escuela secundaria. Formación del profesorado.

INTRODUÇÃO

A luta pela escola pública obrigatória e gratuita para toda a população tem sido uma luta constante entre as secretarias de educação, os professores, pais, entre outros segmentos sociais, sobressaindo-se nesses discursos, temas referentes às funções sociais e pedagógicas da escola como: a universalização do acesso e da permanência, o ensino e a educação de qualidade, o atendimento às diferenças sociais e culturais, e a formação para a cidadania crítica (Brasil, 1996). Entretanto, nos últimos anos, tem se observado contradições a respeito da qualidade da educação pública, e esse fato se constata, através dos resultados obtidos nas avaliações externas das quais os estudantes se submetem anualmente no Brasil.

Para Blasis, Falsarella e Alavarse (2013, p.12):

Essas avaliações informam sobre os resultados educacionais de escolas e redes de ensino a partir do desempenho dos alunos em testes ou provas padronizadas que verificam se estes aprenderam o que deveriam ter aprendido, permitindo inferências sobre o trabalho educativo das escolas e redes de ensino.

As avaliações externas são aplicadas aos estudantes para constatar ou não se a educação brasileira tem alcançado melhorias nas suas aprendizagens, colocando a escola num papel muito mais relevante, como um meio pelo qual se torna possível um planejamento educacional e a verificação da eficácia das políticas públicas para a educação.

De acordo com Freitas e Santos (2018, p.3):

A partir do final dos anos 1980, repercutindo um movimento existente, especialmente nos Estados Unidos da América e em alguns países da Europa, a educação básica brasileira passa a ser objeto de avaliações externas, inicialmente apresentadas como necessárias para o monitoramento do desempenho de seus estudantes em provas padronizadas, passíveis de permitir comparações entre redes e escolas.

Com o advento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e seus desdobramentos, como a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), bem como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como requisito para ingresso na educação superior, tem gerado polêmicas. Isso porque, os resultados dessas avaliações têm sido compreendidos como à qualidade da educação, a qual se tem ofertada.

Contudo, essas apenas avaliam os conhecimentos dos estudantes em disciplinas específicas (Português e Matemática), o que não pode ser tida como fator determinante para dizer se a educação ofertada é ou não de qualidade e se os estudantes apreenderam os conteúdos básicos nas disciplinas do currículo escolar. Além disso, se compreende que uma educação de qualidade precisa estar atrelada a construção de mais escolas, melhorias das estruturas físicas das existentes e políticas de qualificação do professor em *locus*, recursos didáticos pedagógicos no qual a tecnologia seja uma constante no fazer pedagógico.

Ainda ressalta-se que a escola precisa possibilitar aos estudantes condições necessárias para desenvolverem suas ações e projetos de forma igualitária. Enfim, um conjunto de fatores que precisam ser colocado em prática para que de fato o ensino possa ser considerado de boa qualidade.

A esse respeito, Almeida (2004, p.171-172), aponta as péssimas condições que assolam a prática docente e que tem impedido do Brasil de apresentar um melhor rendimento escolar de seus estudantes, entre elas:

“a) política educacional descomprometida com a educação de qualidade para todos: isso abre espaço para práticas pouco sérias na aplicação dos recursos públicos, desqualifica a formação das crianças e jovens, agrava o empobrecimento da escola pública e o correspondente favorecimento da privatização do ensino;

b) baixos salários: fruto da política de arrocho expressa a baixa valorização da profissão e faz com que os professores assumam a cada ano um número maior de aulas, exterminando o tempo que seria dedicado às atividades didáticas correlacionadas às aulas e ao estudo, o que tem incidência direta na qualidade do trabalho realizado, bem como na sua vida pessoal;

c) separação entre concepção e execução da prática educacional e a desvalorização dos professores: essa concepção coloca-os no papel de meros executores de diretrizes educacionais, propostas curriculares ou materiais didático-pedagógicos elaborados por especialistas, o que reforça o controle externo sobre a atuação docente e contribui para o enfraquecimento, esvaziamento e desvalorização da profissão;

d) precariedade da formação inicial e ausência de formação contínua: a pouca seriedade com que os cursos de formação inicial têm sido conduzidos e as ausências de políticas de formação contínua no interior dos sistemas de ensino têm enfraquecido a capacidade de atuação dos professores e contribuído para o empobrecimento da escola;

e) autoritarismo na gestão da escola e na implantação das mudanças educacionais: o autoritarismo presente em nossa sociedade durante décadas está ainda bastante vivo nas

escolas. Na maioria dos casos, sua gestão é marcada por um verticalismo que marginaliza os profissionais, os alunos e a comunidade. Isso dificulta o desenvolvimento de uma cultura de colaboração, de envolvimento com a dimensão coletiva da vivência escolar. O mesmo acontece ao implantar processos de mudanças educacionais, que são gestadas por técnicos e políticos, chegando às escolas na forma de “pacotes”;

f) deterioração das condições de trabalho e desestímulo à ação docente: o trabalho dos professores vem sendo realizado em condições cada vez mais precárias. Combinada com a sobrecarga de trabalho, essa deterioração tem efeitos físicos e psicológicos nefastos sobre os professores, gerando sensações de frustração e provocando desestímulo à sua atuação;

g) jornada de trabalho não contempla as necessidades dos professores e reforça o trabalho individual: a elevada carga de trabalho semanal, fruto da pauperização e da intensificação do trabalho docente, faz com que os professores atuem de maneira dispersa, trocando de escolas e de classes a todo o momento. Não há tempo para a organização do trabalho, para o estudo e muito menos para atuações coletivas, acabando por fortalecer o isolamento dos professores. Eles não têm tempo para o convívio com colegas e para atuar em projetos ou atividades interativos;

h) carreira docente inadequada, longe da realidade de trabalho: isso acaba por desestimular o investimento dos professores na própria trajetória profissional. A progressão é feita de maneira burocrática, voltada exclusivamente para a dimensão individual, premiando o tempo de serviço e a realização de cursos de extensão ou aperfeiçoamento. “Ignora-se o envolvimento real com o trabalho e a dedicação às ações coletivas, bem como a qualidade do que foi realizado”.

A sociedade atual vem passando por rápidas transformações sociais, principalmente no âmbito educacional, no qual novos paradigmas vêm sendo inseridos; conceitos e metodologias, todavia a formação do professor em relação aos novos modos de pensar a educação, ainda tem sido um grande nó que o Brasil precisa desatar.

Apesar de viver-se no século, no qual as informações são conduzidas velozmente por meio das tecnologias, a escola pública ainda apresenta um cenário muito caótico. Por isso, aconselha-se a escola a trabalhar com uma prática que envolva as tecnologias tão presentes na escola. Nós, educadores, temos de nos preparar e preparar nossos alunos para enfrentar exigências desta nova tecnologia, e de todas que estão a sua volta [...] (Almeida, 2000, p.78).

Os recursos tecnológicos estão presentes em qualquer parte do mundo, e na escola essa realidade é vital, no entanto, por falta de um preparo por parte do professor essas ferramentas acabam obsoletas pela sua não utilização. Tem-se uma nova geração e com ela a chamada sociedade da informação, levando as pessoas a construírem novas concepções. Nesse sentido, as escolas são de uma forma apontadas como uma das principais alternativas para formação e desenvolvimento de cidadãos garnidos de um perfil que se equipare com as exigências da sociedade moderna. Mas, contudo, a escola ainda precisa mudar, pois tem-se percebido salas superlotadas, estudantes indisciplinados e uma gestão que não demonstra atitudes democráticas têm levado alguns professores à falta de credibilidade no ensino da escola pública. Nesta direção objetivando responder as inquietações, adotou-se como objeto de estudo a Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra, localizada na cidade de Machados-PE, já que se trata de uma escola pública que prioriza a Educação de qualidade, porém, todos os filhos dos professores que lecionam nessa Instituição de ensino, estudam em escolas privadas, o que denota indiretamente alguma fragilidade na concepção da qualidade de Educação por parte destes profissionais.

Mediante esse contexto, busca-se responder as seguintes questões investigativas: Quais os maiores desafios que o professor enfrenta no desenvolvimento da sua ação pedagógica na Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra - Machados/PE/Brasil? Quais são as metodologias que os professores da Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra – Machados PE/Brasil, utilizam na sua prática pedagógica na perspectiva da oferta da qualidade do ensino? O que leva os professores da escola pública a matricular(m) seu(s) filho(s) na escola privada?

Para que se chegue até a resposta desses questionamentos, o foco central se faz em torno do seguinte problema de investigação: Qual é concepção os professores da Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra – Machados PE/Brasil possuem em relação à educação de qualidade?

São inquietações que surgiram no desenvolvimento da função de professor e gestor escolar, no qual se pode observar que os professores não matriculavam seus filhos na escola pública. Desvalorizando dessa forma o ensino no qual ele mesmo era protagonista.

Isto posto, essa pesquisa contribui com o debate sobre a qualidade da Educação ofertada pela escola, sendo uma referência que permitirá compreender o tema a partir da teoria e empiria, servirá também como suporte para novas pesquisas, bem como à luz dos questionamentos, engendrar outros novos desdobramentos.

Diante do exposto, a pertinência da pesquisa sobre a concepção da Educação de qualidade por parte dos professores é viável, pelo fato da Educação ser fundamental para o desenvolvimento do país, sendo raro encontrar alguém que discorde dessa relevância. Assim esse estudo, está dividido da seguinte forma:

No primeiro capítulo apresenta aborda-se o contexto histórico e cenário atual da educação brasileira, a inclusão das novas tecnologias. Ainda neste capítulo se discute o papel do professor frente aos novos paradigmas educacionais e as práticas avaliativas do professor.

O segundo capítulo, aponta-se a importância da educação de qualidade na escola pública, enfatiza-se a participação da família no processo educativo e a relevância de uma gestão democrática para a construção da autonomia da escola. Esses temas vêm contribuir para a discussão e análise de concepções acerca da temática desse trabalho embasadas em pesquisas realizadas em revistas e artigos científicos, teóricos, livros e teses referentes ao tema.

No terceiro capítulo apresenta-se o Referencial Metodológico e justifica a investigação e apresenta-se: O Problema da Pesquisa; Objetivos; Objetivo Geral; Objetivo Específico; Definições metodológicas; Validações dos Instrumentos (questionários) e por fim, e Procedimentos para coleta através das análises e interpretação dos dados.

Na quarta parte, apresentam-se os Dados e Conclusões da investigação, no qual expõe a análise dos dados da pesquisa. Nessa análise foram analisados os questionários, realizando-se a tabulação dos dados conforme os instrumentos que foram utilizados nesse trabalho.

Por fim, as Conclusões a respeito dos resultados da pesquisa e seus desdobramentos ao campo da educação, bem como considerações importantes, entendendo a importância da oferta do ensino público para todo o povo brasileiro sendo esse de todas as classes sociais.. Finalizando indicam-se algumas propostas para estudos posteriores.

CAPITULO I MARCO TEÓRICO

1 O CONTEXTO HISTÓRICO E ATUAL DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

1.1 Mudanças de paradigmas

Pensar na educação de qualidade no Brasil significa antes de tudo, pensar qual tipo de indivíduo se quer formar e que tipo de sociedade quer se ter no futuro (Lima, 2001). O ser humano no centro de um sistema educativo deve situar-se no ato de educar, num horizonte de plenitude, no qual a Educação engloba os processos de ensinar e aprender. Para Albert Einstein: “A Educação é o que sobra depois de ter esquecido tudo o que se aprendeu na escola”. Sendo assim, a Educação é uma ação sistemática e contínua, que se dá ao longo da vida (Freire, 2002).

Por ser a educação a mola “propulsora de toda a sociedade”, no Brasil ela começou a ser debatida no início do século XX a partir das discussões surgidas com os intelectuais brasileiros que passaram a analisar a educação de forma mais profunda. Tal análise começou com o movimento escola novista na década de 20, e surgiu como uma crítica à educação tradicional. Nesse movimento, o foco era a universalização do ensino no país, no qual o aluno passasse a ser ouvido e compreendido, e também defendia uma escola que formasse um novo, cidadão. A partir desse movimento surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), documento assinado e liderado por Fernando de Azevedo e com apoio de Aluísio de Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meireles e várias outras personalidades. Esse manifesto também reivindicava uma educação igualitária, porque o Brasil não havia ainda um sistema escolar adequado a diversidade cultural que o país vivia.

Nos anos 60, surgem outros movimentos contra o sistema educacional, propondo a descolarização, e uma crítica ferrenha à escola, surgindo dessa forma uma nova concepção sobre a mesma. Nesse mesmo período a escola passa a ser vista sob a perspectiva de reprodutora das desigualdades sociais, concepção essa, abominada por Freire (2002).

Na atualidade, com novos paradigmas educacionais, a escola tem passado por profundas mudanças, novas práticas são inseridas na sala de aula, novos desafios vem sendo postos ao professor, levando-o a busca da qualificação cada vez mais. Todavia sem boas perspectivas por parte das políticas públicas, tal como bom salário, condições de

trabalho, entre outras acabam se acomodando e realizando as mesmas práticas tradicionais, utilizadas com na era do quadro-giz. Tancredi (1998, p. 74), cita que “tendo ingressado nesse sistema educacional, o professor tem pouco estímulo para aperfeiçoar-se, pois não há incentivos para a competência, nem punição para o descompromisso”. Salienta-se então, que é a formação inicial e continuada do professor, que vai contribuir ou não para uma ação pedagógica eficaz, bem como o seu desempenho e o trato do conhecimento adquirido. No entanto sem um bom preparo acadêmico aliado a ausência sistemática da formação continuada para o professor, colabora para um ensino institório, colocando o ensino público num dos rankings mais baixos em relação à educação ofertada.

São inúmeras situações que vem contribuindo para esse cenário, e em especial, a pouca formação do professor.

Dourado, Oliveira e Santos (2007, p.9) ressaltam que:

Há muitas formas de se enfrentar tal debate, desde a análise do processo de organização do trabalho escolar, que passa pelo estudo das condições de trabalho, da gestão da escola, do currículo, da formação docente e, até a análise de sistemas e unidades escolares que pode se expressar, por exemplo, nos resultados escolares obtidos a partir das avaliações externas.

Como se pode notar, falar sobre a qualidade da educação, em especial a brasileira, *a priori*, é algo desafiador e ao mesmo tempo complexo, isso porque, envolve um gama de fatores que determinam se os resultados das aprendizagens são satisfatórios ou não. Não se pode negar que o Brasil ainda tem um grande desafio pela frente, comparando-o com outros países em relação à educação que se oferta, requerendo continua atenção sobre esse fato, principalmente porque para o alcance de um melhor aprendizado dos estudantes, depende dos fatores já mencionados. Entretanto, já se observa algumas mudanças no que diz respeito às novas formas de ensinar e de avaliar com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. ° 9.394/96 principalmente no tocante aos processos avaliativos dos estudantes e na formação do professor.

Antes da LDB (Brasil, 1996), a avaliação da aprendizagem se dava de forma única, ou seja, a nota era atribuída apenas no momento da realização da prova, portanto era classificatória e punitiva. Para Luckesi (2003, p.16) esse tipo de avaliação:

[...] tem a função de exame, pois valoriza os aspectos cognitivos com ênfase na memorização; a verificação dos resultados se dá através de provas orais ou escritas, nos quais, os alunos devem reproduzir exatamente aquilo que lhe foi ensinado. A tradição dos exames escolares que conhecemos hoje, em

nossas escolas, foi sistematizada nos séculos XVI e XVII, com as configurações da atividade pedagógica produzida pelos padres Jesuítas (séc. XVI) e pelo Bispo John Amós Comênio (fim do séc. XVI e primeira metade do séc. XVII).

Com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases/96, essa prática já não mais se aceita, e a avaliação se dar de forma contínua e sistemática, ou seja, o estudante é avaliado em todos os seus aspectos (social, cognitivo, psicológico). É uma prática que vem sendo utilizada em grande parte das escolas públicas brasileiras. Em outras instituições escolares, se observa que o aspecto quantitativo tem prevalecido, ou seja, para o professor a nota da prova escrita é quem vai classificar o estudante, se para a sua aprovação ou não, contradizendo o que reza a LDB:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

[...]

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Apesar dos avanços na educação brasileira, vale salientar, que as conquistas ainda estão longe das metas a serem cumpridas e distantes de um cenário ideal. Precisa-se ainda de investimentos públicos mais eficazes, principalmente quanto à formação do professor para trabalhar com os novos moldes de pensar a educação. Esses investimentos se dão em primeiro lugar, numa formação sólida, de modo a fornecer subsídios que permita ao professor compreender como se dar a apreensão dos saberes dos estudantes e a forma de como se devem abordar os conteúdos, para que a avaliação sistemática de fato aconteça. Os estudos de Haydt (2008, p.7) apontam que:

[...] a avaliação assume dimensões mais amplas. A atividade educativa não tem por meta atribuir notas, mas realizar uma série de objetivos que se traduzem em termos de mudanças de comportamentos dos alunos. E cabe justamente à Avaliação verificar em que medida esses objetivos estão realmente sendo alcançados, para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem.

A Universidade tem preparado pouco o professor para lidar com a realidade em que está sendo posta à escola pública, principalmente em relação à questão das novas

formas de avaliar, levando a realizar uma avaliação em sala de aula que ainda seleciona e classifica.

As Instituições de Ensino Superior têm se preocupado em ensinar a teoria, deixando a prática em segundo plano, aliás, esse discurso vem sendo debatido em grande escala, não somente nos cursos de licenciaturas, mas de outros cursos de uma forma geral. A prática aqui se entende como uma ação em que o estudante, futuro professor, deva realizar estágios, pelo menos por um período maior ao que vem sendo aplicado, e em escolas diferentes, para poder comparar e enfrentar as diferentes realidades nas quais as escolas estão inseridas, pois é nos espaços da escola, que esse estudante que está se preparando para entrar no mercado de trabalho, consegue perceber o que vai se deparar ao longo da sua vida profissional. Deve ser um estágio supervisionado, com a presença de seu professor/tutor e não através de encaminhamento via ofício encaminhado para a escola. Muitas vezes esse estudante não realiza o estágio, devido ao um conjunto de burocracia que a própria escola impõe. Alves (2001, p.40) relata que:

[...] durante seu preparo, o futuro professor se capacite para, em sua prática docente, compreender o universo cultural do aluno, a fim de que, juntos, a partir do que conhecem, venham a se debruçar sobre os desafios que o mundo lhes apresenta, procurando respondê-los, e nesse esforço, produzam novos saberes.

É dentro da sala de aula, que surge os mais diversos tipos de problemas que a escola enfrenta e também onde se encontra os meios necessários para resolvê-los, daí a necessidade do futuro professor está diante desses. É fundamental que esse estudante, possa compreender que, ensinar e aprender são processos distintos, todavia ambos se completam. Tanto ensinar, como o aprender pode ser fácil e produtivo e ao mesmo tempo difícil, vai depender de como o sujeito que ensina media as informações e como se encontra aquele que vai absorvê-la.

Dentro desse contexto, pode-se afirmar que a aprendizagem é um processo contínuo no qual, os conhecimentos e as habilidades adquiridos podem ser modificados, na troca de experiência da vida cotidiana conforme Freire (2002) comunga. Para o autor o homem está sempre em processo de construção do conhecimento, ou seja, ele é um ser inacabado, pois a todo o momento ele aprende.

Vários esforços têm sido feitos pelo sistema de educação, para buscar instrumentos, recursos e estratégias para melhorar a qualidade na educação brasileira. Acredita-se que para alcançar um melhor resultado na aprendizagem dos estudantes precisa-se de

investimento tanto em políticas públicas como na partilha do poder dentro da escola. O que tem sido observado, é que apenas a gestão tem ainda o poder de decidir em que os recursos financeiros devem ser aplicados. Outra percepção é que apesar das escolas terem o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), o mesmo é elaborado e engavetado, sem a preocupação de verificar se as metas e ações estipuladas foram ou não cumpridas. São práticas que ocorrem em pleno século XXI, dentro das escolas, mesmo vivendo-se em plena era na qual as informações acontecem de forma muito veloz a todos os recantos do mundo.

A oferta de uma educação de qualidade é aspirada por pais, pelos professores e pela sociedade de uma forma geral. Entretanto para a escola alcançar esse anseio, diversos fatores influenciam e carecem de ser analisados, além dos já citados: a importância de como o professor concebe o ensino, a gestão escolar; a reformulação do currículo e a participação da família em todo o processo educativo.

Todos esses fatores se não resolvidos e adequados, interferem de forma negativa na qualidade da Educação. Esse fato é resultado direto do que acontece na estrutura educacional brasileira, pois praticamente todos os que atuam na educação, independe do tipo de escola pública municipal ou estadual, vão se debater nas mesmas situações, professores frustrados, desmotivados que não exercem com profissionalismo a sua função ou também esbarram nas dificuldades diárias da realidade escolar.

Analisando o panorama no qual está mergulhada escola, percebe-se que a educação pública brasileira carece de muitos debates, para buscar a oferta de uma educação com maior qualidade. O Brasil continua a apresentar um resultado insatisfatório em relação à aprendizagem dos seus estudantes. Os resultados obtidos têm apresentado poucos avanços das metas estipuladas. É um problema que tem inquietado as secretarias de educação de todo o país e muitos professores. Muitos projetos e programas têm sido colocados dentro da escola, entre eles podem-se citar: Acelera, Se Liga e o Programa Mais Educação, contudo, a realização das ações desses, tem se dado por meio de um pequeno espaço de tempo para o professor da turma se apropriar da filosofia de cada um. Esses programas geralmente são realizados por estagiários do curso de Pedagogia, indivíduo esse que se encontra em processo de construção de sua própria identidade, porém ministram aulas para diversos públicos em turmas diferenciadas e que se encontram com baixo rendimento escolar. Esses projetos programa têm como finalidade a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Esses programas se destinam aos estudantes dos anos iniciais, que traz como metas prepará-los para avançar na sua aprendizagem.

1.2 As novas tecnologias como ferramentas de melhoria da aprendizagem dos estudantes

A sociedade vive a era de profundas transformações, na busca por novos horizontes, novas práticas que colaborem para a construção do atual contexto educacional e político. Na perspectiva de inserir o estudante no mundo cada vez mais globalizado, os sistemas de ensino têm promovido ações que favoreçam a melhoria da qualidade do ensino. Entre essas ações pode-se elencar; a formação do professor, mudança no currículo escolar e a autonomia das escolas (Brasil, 1996), em relação à tomada de decisões e a inclusão das novas tecnologias digitais dentro da sala de aula, como mudança de postura do professor e do aluno.

Com as novas tecnologias adentrando dentro da escola, abrem-se novas possibilidades à educação, exigindo do professor uma nova postura, um novo fazer pedagógico, pois com utilização dessas ferramentas na educação, tem favorecido a troca de experiências entre quem ensina e quem está aprendendo.

Com o uso dos recursos tecnológicos, o ensino fica integrado ao dia a dia, seja por meio do computador, tablets e até mesmo do celular/smartphone, tecnologias essas que estão o tempo todo nas mãos dos estudantes. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as tecnologias de informação e comunicação, possibilitam ao estudantes o acesso a milhares de informações e complexidades dos mais variados contextos, tanto próximos como distantes de sua realidade que, num processo educativo, pode servir como elemento de aprendizagem, constituído dessa forma como espaço de socialização, gerando saberes e conhecimentos científicos.

Utilizando as ferramentas digitais o professor e estudantes podem realizar trabalhos, em parceria com diferentes instituições por meio de conexões com alunos e professores a qualquer hora e lugar, promovendo o desenvolvimento de trabalhos com troca de informações, permitindo que o professor trabalhe melhor o desenvolvimento do conhecimento.

Tudo isso, melhora a qualidade da aprendizagem dos estudantes e promove a coletividade, a inclusão influenciando forma de pensar e de agir dos seus usuários. No entanto, Moran (2000, p.28), destaca que educar com novas tecnologias ainda é um desafio que não foi enfrentado com profundidade, pela escola “ensinar com novas tecnologias será uma revolução se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino, que mantêm distantes professores e alunos. Caso contrário, conseguiremos dar um verniz de

modernidade, sem mexer no essencial". O autor faz uma alerta, pois compreende que há ainda a resistência de alguns professores em não inserir as tecnologias nos seus planejamentos, por medo, insegurança e por falta de conhecimento do potencial que as ferramentas digitais possuem.

Para Alonso (1998, p.82):

Não há a menor dúvida de que os artefatos tecnológicos e a sua cultura devem ter um lugar no desenvolvimento curricular, assim como um tratamento específico da parte do método didático. Abordar esta tarefa requer não somente um conjunto de conhecimentos que facilitem e racionalizem as decisões, mas também o confronto de um problema ideológico de enorme importância pedagógica e de organização da escola. Por isso, não somente deve considerar-se aquilo que está relacionado com os conteúdos, mas também a integração destas ferramentas nos cenários de atividade didática, assim como as práticas sociais de uso ou os interesses culturais e políticos que representam.

Nessa ótica, corroborando com os autores, compreende-se que utilizar as tecnologias para a melhoria da qualidade do ensino, requer do professor um bom preparo, pois ele precisará saber orientar os educandos sobre onde colher informação de forma segura e como tratá-la, conhecimento esse, que a formação inicial do professor não lhe tem possibilitado, principalmente para aquele professor que concluiu seus estudos há muito tempo. De acordo com Peña (2004, p.10):

O desafio que se impõe hoje aos professores é reconhecer que os novos meios de comunicação e linguagens presentes na sociedade devem fazer parte da sala de aula, não como dispositivos tecnológicos que imprimem certa modernização ao ensino, mas sim conhecer a potencialidade e a contribuição que as TIC podem trazer ao ensino como recurso e apoio pedagógico às aulas presenciais e ambientes de aprendizagem no ensino a distância.

É perceptível que a formação de professores voltada para essa nova realidade social; o das TIC tem sido ainda muito crítica e não tem sido privilegiada de maneira concreta pelas políticas públicas em educação nem pelas Instituições de Ensino Superior. O perfil do professor é orientado para uma determinada "especialização" em áreas diferenciadas, dependendo da matéria que o professor leciona, sendo assim, não o capacita para lidar com as tecnologias e nem para se apropriar dos seus conceitos, dos softwares

pedagógicos que neles se encontram, favorecendo dessa maneira, uma prática bem tradicional, no qual os recursos didáticos, geralmente se baseiam em livros, lápis e cadernos. Leite (2003, p.15) aconselha que:

Os alunos devem ser educados para o domínio do manuseio, da criação e interpretação de novas linguagens e formas de expressão e comunicação, para irem se constituindo em sujeitos responsáveis pela produção. Podemos pensar ainda que a própria tecnologia pode ser um meio de concretizar os discursos que propõem que a escola deve fazer o aluno aprender a aprender, a criar, a inventar soluções próprias diante dos desafios, enfim, formar-se com e para a autonomia, não para repetir, copiar, imitar.

Apesar de o professor apresentar dificuldades em trabalhar com as tecnologias, aos poucos as aulas tradicionais vêm sofrendo uma invasão a largos passos pela tecnologia, forçando a educação a investir em inovações das suas práticas pedagógicas.

As tecnologias devem ser utilizada como uma ferramenta de auxílio na aquisição dos diversos saberes ministrados na sala de aula, ferramentas essas que a escola e o professor precisam introduzir na vida escolar dos estudantes, tendo em vista que faz parte do cotidiano dos mesmos, cabendo a escola e ao professor democratizar e orientar os estudantes para o uso das TIC's, com vistas a conduzi-los ao processo de construção do conhecimento, possibilitando ao professor ser mediador.

Inserir as tecnologias na sala de aula é ao mesmo tempo, preparar os seus educandos a viver numa sociedade na qual, o consumo exagerado de produtos é um fato, levando-os a uma reflexão crítica dos processos que escravizam as pessoas melhorando consideravelmente a aprendizagem de uma forma geral e em todas as disciplinas.

A utilização das TIC com metodologias adequadas, o professor poderá trabalhar com a integração de matérias estanques, de forma interdisciplinar. Agindo assim, a escola passa a ser um lugar bem mais interessante que preparara o aluno para o seu futuro e para competir de igual por igual no mercado de trabalho.

As tecnologias para o estudante, não é novidade, pois esse, já nasce na era tecnológica. A aprendizagem permeada pelas tecnologias centra-se nas diferenças individuais do estudante, e na capacitação, para torná-lo um ser autônomo, capaz de utilizar uma gama de fontes de informação e meios de comunicação que os possibilitem um conhecimento satisfatório que incida na melhoria da qualidade da educação.

A capacitação é sem dúvida, uma condição de grande pertinência, para implantação de mudanças e derrubada de paradigmas, buscando sempre mudanças nos saberes e nas formas de como o conhecimento se concretiza.

As tecnologias nos contexto educacional tem sido desafiador, contudo é preciso o professor inovar, com percepção e sensibilidade buscar sempre novas técnicas metodológicas capazes de tornar o espaço-escola, num ambiente influenciador para buscar de soluções que o mundo atual tem passado. Dessa forma, a aprendizagem é algo dinâmico, significativo, aproximando teoria e prática, com uma postura interdisciplinar, permitindo que sua prática favoreça, ao educando uma cidadania ativa, baseada na proposta do protagonismo.

1.2.1 Perfil do professor e exigências no atual cenário tecnológico

Os professores são profissionais que tem a função de forma sistemática, de criar e recriar formas de mediar o conhecimento. Foi assim durante décadas e ainda permanece nos dias atuais, cuja missão é conduzir suas práticas da melhor forma possível para que o aprendizado dos estudantes se concretize de forma qualitativa. Contudo, com o novo paradigma educacional, o da era das tecnologias, se observa que há dificuldades do professor em preparar seu planejamento e conseqüentemente suas aulas a usar adequadamente as novas tecnologias de ensino, e isso acontece porque na sua graduação, a inserção das tecnologias no contexto educacional é tocadas apenas em uma ou outra disciplina e de forma teórica. Para Vieira (2005, p.219), a palavra tecnologia é usada a todo o momento “por pessoas das mais diversas qualificações e com propósitos divergentes”, da sua importância e de seu poder de transformar conceitos em novos saberes.

É comum, escutar do professor que ele não possui habilidades tecnológicas, e a escola muitas vezes não faz nada para mudar essa situação. Talvez isso se dê pelo fato de que o próprio gestor também não possui também essa competência, o mesmo pela concepção de o ensino com mediado pelas tecnologias dar trabalho à escola e o professor, por isso muitas ferramentas tecnológicas (Datashow, computador e tablets) tem se tornado obsoletos e permanecem empilhados em determinado espaço da escola. São investimentos caros que a escola desperdiça ou invés de estimular o seu uso. São problemas desse tipo que se encontram na maioria das escolas públicas.

É preciso uma reformulação do currículo das instituições de ensino superior para formar os licenciandos, do mesmo modo que se espera que eles atuem dentro do espaço

escolar. Seria leviano citar, que não há tentativas para incluir o ensino das novas tecnologias de ensino nos currículos dos cursos de formação de professores, mas esbarram numa série de entraves que dificultam as implementações, principalmente em relação aos investimentos exigidos para a compra de equipamentos, e na falta de professores capazes de superar preconceitos, que insistem em rejeitar a tecnologia na sua formação mantendo assim, uma formação em que predomina a reprodução de modelos tradicionais, que nas suas concepções são mais adequados ao ensino.

O professor sente-se inseguro e se acha até incapaz de utilizar as tecnologias em prol da educação, e rejeita essa ideia. Em relação a essa problemática, Leite (2003) advoga que o uso das tecnologias pelo estudante e pelo professor são fundamentais, pois são ferramentas de grande potencial de aprendizagem. Para o autor Leite (2003, p.15):

Propomos a utilização das tecnologias na escola por serem frutos da produção humana, parte da sociedade e, como tal –como todas as tecnologias criadas pelo homem, como a escrita, por exemplo- devem ter seu acesso democratizado, sendo desmistificadas. Os alunos devem ser educados para o domínio do manuseio, da criação e interpretação de novas linguagens e formas de expressão e comunicação, para irem se constituindo em sujeitos responsáveis pela produção. Podemos pensar ainda que a própria tecnologia pode ser um meio de concretizar os discursos que propõem que a escola deve fazer o aluno aprender a aprender, a criar, a inventar soluções próprias diante dos desafios, enfim, formar-se com e para a autonomia, não para repetir, copiar, imitar.

Dessa forma, o uso das tecnologias na educação possibilita ao estudante, a apreensão dos conteúdos escolares, de forma dinâmica e integrada, promovendo o desenvolvimento em relação ao ensino transmitido pelo professor. Por isso é preciso que as Instituições de Ensino Superior incluam em suas políticas educacionais ações que favoreçam ao licenciando a mudança de postura, e o faça compreender a grande importância do uso da tecnologia (TIC) na sua ação pedagógica.

Até porque a Lei maior da Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (Brasil, 1996) já impõe esse desejo às instituições de Ensino Superior, conforme texto a seguir, tratando a formação do professor sobre dois prismas:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação

mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

[...]

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação à distância (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

Sendo assim, se faz emergente estimular o ensino nas Universidades quanto ao uso das tecnologias, estimulando a pesquisa, para possibilitar um ensino mais eficaz aos estudantes.

A sociedade do conhecimento exige um novo perfil de educador, ou seja, um profissional capaz de se engajar-se no processo, consciente das reais capacidades da tecnologia, do seu potencial e de suas limitações, para que ele possa selecionar qual é a melhor metodologia a ser utilizada para introduzir um determinado conteúdo, contribuindo progressivamente para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, caso contrário, o processo de preparação dos professores para a utilização se dará em cursos ou treinamentos de pouca duração.

1.2.2 O desafio de ensinar na perspectiva de educar com qualidade

O Brasil continua a apresentar um cenário educacional, bastante caótico em relação a outros países que investiram na educação básica, apesar de ter apresentado uma significativa melhoria nos últimos dez anos.

Poucos investimentos foram feitos, no entanto se observa entre elas alguns avanços, principalmente visualiza-se um aumento expressivo no número de matrículas em todos os níveis e modalidades de ensino, e a inclusão de pessoas com deficiências, bem como a

alguns programas sociais como facilitador entrada dos estudantes nas universidades.

Apesar desses avanços, ainda há muitos desafios que o país necessitará vencer para superar o déficit histórico acumulado na área da educação e poder levar seus estudantes, futuros profissionais, a serem inserido mercado de trabalho, principalmente formar seus profissionais e aqui enfatizar-se o professor, a saber, utilizar os recursos que a tecnologia proporciona. Nesse mesmo sentido, afirma Perrenoud (2000, p.128), que uma das dez novas competências para ensinar é “utilizar novas tecnologias”, pois se trata de um recurso enriquecedor do processo ensino-aprendizagem, produzindo no sujeito uma capacidade maior para analisar, avaliar e construir o raciocínio abstrato.

Nesse sentido, afirma-se que não é uma tarefa fácil formar professores na ótica das tecnologias, pois requiere um conjunto de medidas, de políticas e de investimentos, e isso demanda muito tempo. Portanto, enquanto a escola não mudar suas práticas o Brasil ficará sempre num lugar muito aquém no ranking em relação aos países que tem como preocupação principal uma educação de qualidade.

A seguir apresenta-se os dados fornecidos pela revista VEJA (2017), o ranking dos países que implementaram políticas educacionais eficazes e mudaram o cenário educacional.

Figura 1: Ranking dos países em crescimento na qualidade da educação



Fonte: Revista VEJA, 2017

Como se pode perceber, o Brasil ocupa o trigésimo quinto (35.º) lugar em termos de educação. Esse índice é preocupante, pois os critérios que foram avaliados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foram o desempenho dos alunos no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), a média de anos que os alunos passam na escola e a porcentagem da população que está cursando ensino superior.

Os países como Finlândia, o Japão e a Suécia, primeiros colocados no ranking, investiram em tecnologias e também na valorização do professor.

Na Finlândia a educação é gratuita, inclusive no ensino superior. Só 2% das escolas são particulares, mas são subsidiadas por fundos públicos e os estudantes não pagam mensalidade. As crianças só entram na escola a partir dos 7 (sete) anos. Não há escolas em tempo integral. Os estudantes não tem excesso de atividades escolar para realizar em casa e os dias letivos são menores que os demais países, o sistema de ensino possui uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que é revisada constantemente para atender a uma educação com qualidade. Esse país investiu principalmente na formação do professor. Todos os programas de formação de professores, que em épocas passadas eram realizados fora do âmbito do ensino acadêmico superior, foram trazidos para dentro das universidades. Essas Universidades são todas gratuitas. Diferentemente do Brasil, um mestrado tornou-se a qualificação básica e obrigatória de um professor para poder ensinar nas escolas finlandesas – mesmo na educação pré-escolar. No Brasil, a qualificação básica é a graduação em pedagogia, e essa se dá em sua grande maioria em Universidades particulares e em particulares com a modalidade de ensino a distância (EaD).

Na Finlândia, cursos de doutorado para professores também são disponibilizados, gratuitamente, nas universidades do país enquanto no Brasil, há pouca oferta nas Universidades públicas em média de 8 a 12 vagas anuais para uma população muito extensa de professores que desejam cursá-lo.

A Finlândia investe aproximadamente cerca de \$ 30.000.000,00 de dólares a cada ano para o desenvolvimento profissional de professores e diretores escolar por meio de cursos universitários e programas de reciclagem.

Um professor finlandês trabalha em apenas uma escola e geralmente fica com o mesmo grupo de estudantes, acompanhando-os por cerca de 6 anos. No Brasil é uma realidade muito diferente, um professor geralmente trabalha em três turnos com realidades diferenciadas e modalidades também.

O salário médio de um professor que trabalha com os anos iniciais na Finlândia é cerca de € 3.132,00 euros mensais (cambiando para a moeda brasileira em torno de R\$ 14.000,00 reais). Já os professores do ensino médio recebem € 3.832,00 euros, e docentes de universidades ganham em média € 4.169,00 euros por mês (R\$ 16.700,00 reais). O Brasil, paga em média ao seu professorado um salário que não chega a R\$ 3.000,00 reais.

Diante do exposto, pode perceber que a Finlândia apresenta uma realidade bem adversa ao da brasileira em todo o contexto educacional. Investir na formação de professores é o grande diferencial entre um sistema inovador e um sistema que ainda persiste numa prática pedagógica tradicional, pois pensar uma formação acadêmica dos professores voltados à preparação para conviver num cenário norteado por tecnologias sinaliza para uma organização curricular inovadora que, ao ultrapassar a forma tradicional de organização curricular, estabelece novas relações entre a teoria e a prática. Tal formação oferece condições para o trabalho coletivo de forma interdisciplinar possibilitando a aquisição de competência técnica e política que permita ao professor se situar de forma crítica no novo cenário tecnológico.

O professor bem preparado academicamente, e bem remunerado, contribuirá de forma positiva para a melhoria da qualidade da educação, a esse respeito Veiga (2007, p.20), comenta que: “a formação continuada dos profissionais, da escola comprometida com a construção de uma educação de qualidade, não deve limitar-se aos conteúdos curriculares, mas se estender a discussão da escola como um todo e suas relações com a sociedade”.

Por outro lado, Formosinho (1991, p.238) salienta:

A formação contínua tem como finalidade última o aperfeiçoamento pessoal e social de cada professor, numa perspectiva de educação permanente. Mas tal aperfeiçoamento tem um efeito positivo no sistema escolar se traduzir na melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças. É este efeito positivo que explica as preocupações recentes do mundo ocidental com a formação contínua de professores.

A oferta de uma formação pedagógica do professor pensada nos novos moldes de se pensar a educação de qualidade visa à transformação do estudante em sujeito ativo na construção do seu conhecimento, levando-os, a apropriar-se desta nova linguagem a inserirem-se na contemporaneidade, mas alerta Tancredi (1998, p.74) que “na formação continuada tem-se priorizado o cumprimento de horas em cursos de curta, média ou longa duração, que se desenvolvem descontextualizados do universo escolar onde o professor

atua”, o que tem tornado as licenciaturas poucas atrativas. Mas de acordo com Kenski (2007, p.64) afirma, que “a escola precisa assumir o papel de formar cidadãos para a complexidade do mundo e dos desafios que ele propõe. [...], a fim de lidar com as inovações e as transformações sucessivas dos conhecimentos em todas as áreas”.

1.2.3 As práticas avaliativas do professor

É comum, no ensino médio, a prática avaliativa, revelar um caráter excludente na medida em que o conhecimento de mundo e a diversidade cultural dos alunos não são respeitados e valorizados, por uma boa parcela dos docentes. Muitos dos estudantes ao chegarem a esse nível de ensino trazem uma defasagem muito grande em relação principalmente as disciplina comuns (Português e Matemática), entre aqueles conteúdos que ele sabe, e aquilo que o professor espera que eles saibam.

É comum os estudantes ingressarem no Ensino Médio, com dificuldades da Matemática Básica, de interpretação de texto e de contextualização. Esse fato é o resultado de deficiências acumulada ao longo dos anos, no ensino fundamental no qual alguns estudantes ainda não têm formado a sua concepção de estudo. Observa-se no contexto escolar que as práticas avaliativas do professor do ensino médio, não são similares ao do professor dos anos iniciais por exemplo. As atividades que o professor realiza com o objetivo de avaliar o desempenho do aluno nesse segmento educacional, deve ser também uma prática que contemple as histórias de vidas, a sua projeção de futuro, fazendo assim, um resgate de suas experiências, para fazer uma relação com o conteúdo ensinado. Mas pela cobrança da escola, que insiste em preparar o estudante para a realização do ENEM, o professor foca seu ato avaliativo focado nessa perspectiva.

Os estudos de Hoffmann (2004, p. 86) apontam que as práticas avaliativas tradicionais que se perpetuou durante décadas na escola não se transformam como num passe de mágica, [...] “é preciso refletir sobre o significado do que se vem fazendo e partir daí para a construção de uma prática que se adeque a cada realidade”. Nesta expectativa, é fundamental que a prática da avaliação se configure como um processo contínuo e integral em que são observadas diversas evidências como: o processo do conhecimento destes e o desenvolvimento de suas potencialidades. No que tange a avaliação, essa prática é compreendida como um instrumento de tomada de consciência do aluno, de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para a reorganização do investimento na atividade de aprender.

Neste sentido, é importante que, ao ser avaliado, os alunos tomem conhecimento de seus resultados, podendo perceber seus avanços ou retrocessos e buscar novos caminhos para a aprendizagem. Na ótica de Luckesi (2011, p.168-169) explica que [...] a avaliação tem sido executada como se existisse independente do projeto pedagógico e do processo de ensino e, por isso, tem-se destinado exclusivamente a uma atribuição de notas e conceitos aos alunos. Todavia, essa prática precisa ser repensada. Deve ser uma ação considerada normal pelos estudantes, pois errar é comum, contudo o que se questiona é o que o professor faz com o “erro”. É por meio dele (do erro) que o professor em conjunto com o avaliado deve buscar a superação das dificuldades. Agindo assim, o resultado das tarefas avaliativas serve como um instrumento diagnóstico do estágio em que os estudantes se encontram, contribuindo para seu desenvolvimento de aprendizagem.

Salienta-se que é importante o estudante conhecer os resultados de sua avaliação, para entender o melhor caminho que poderá percorrer para se chegar ao aprendizado almejado. Méndez (2002, p.74) enfatiza que:

(...) a avaliação torna-se importante no momento da informação prática aos professores sobre a qualidade das aprendizagens que os alunos estão realizando. Ao mesmo tempo, oferece uma boa oportunidade para melhorar o processo de aprendizagem (...) quanto às ações futuras de ensino mediante a reflexão, a autocrítica e a autocorreção a partir da prática escolar.

Nesta ótica, é necessário o professor estar atento a cada atividade aplicada na sala de aula, para verificar as habilidades que nessa hora são manifestadas. A proposta da avaliação é levar quem está sendo avaliado, a refletir, para melhorar o que não aprendeu. Muitos professores utilizam a avaliação como forma de classificar para aprovação ou reprovação e isso não deveria ocorrer, pois a avaliação deve ser vista como ferramenta para o auxílio do professor, de melhorar a sua prática. Libâneo (2005, p.76), explica que é fundamental o professor refletir para poder modificar a sua ação pedagógica:

A reflexão sobre a prática não resolve tudo, a experiência refletida não resolve tudo. São necessárias estratégias, procedimentos, modos de fazer, além de uma sólida cultura geral, que ajudam a melhor realizar o trabalho e melhorar a capacidade reflexiva sobre o que e como mudar.

A avaliação da aprendizagem é o ponto de partida para que os sistemas de ensino projetem e alcance as metas traçadas para todo o ano letivo. Por isso a prática avaliativa deve estar aliada a uma prática docente que favoreça o processo de construção contínua do

aprendizado e da cidadania, levando os estudantes a serem críticos da própria situação onde se encontram, buscando meios para a sua reversão.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - (PCN, 1997, p.86), avaliar significa “Emitir em juízo de valor sobre a realidade que se questiona, seja propósito das exigências de uma ação que se projetou realizar sobre ela, seja a propósito de suas consequências”.

Os objetivos da educação, Segundo LDB (Brasil, 1996, p.10) expresso no Art. 9º, Inciso VI da LDB 9394/96 sobre as incumbências da União é: “Assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino”. Sendo assim, reforça-se que o objetivo fundamental da avaliação escolar, é justamente à melhoria na qualidade de ensino, demandando um grande esforço da escola. O que se espera do ato avaliativo é que com ele os estudantes possam desenvolver a sua autonomia, a solidariedade, o senso crítico consolidados aos direitos de aprender. Pois, compreende-se que a avaliação não se constitui somente a um conceito teórico que é ligada diretamente aos processos educacionais, mas como uma ação pertencente à processos de formações, a concepção de educação, de sociedade e de mundo.

2. O ENSINO DE QUALIDADE E A ESCOLA PÚBLICA

A escola é um espaço privilegiado de interação social, mas este deve estar interligado e integrado aos demais espaços de conhecimento e incorporar os recursos tecnológicos, permitindo fazer a ponte entre conhecimento e aprendizado se tornando um novo elemento de cooperação e transformação.

A forma de produzir, armazenar e disseminar a informação/conhecimento está mudando a todo instante na sociedade atual; o grande volume de fontes de pesquisas são postos aos estudantes por meio da internet, possibilitando um melhor aprimoramento do conhecimento e ao mesmo tempo levando-os a aprender novos saberes, novas experiências. Estas mudanças exigem da escola uma ampla alteração no seu currículo, no qual os conteúdos acumulados pela humanidade serão ponto de partida para novos conhecimentos. Portanto, a escola precisa nesse novo paradigma educacional, o da tecnologia, levar seus docentes a rever de modo crítico, seu papel frente à aprendizagem dos estudantes, sendo não um transmissor dos conteúdos, mas acima de tudo, ser o interlocutor, orientador na busca de uma melhor aprendizagem para todos. Para tanto, é importante frisar que o espaço da sala de aula se tornará um ambiente de aprendizagem frente às tecnologias presentes na escola se o professor também estiver disposto a tal, e se também tiver conhecimento na área. Conforme cita Resnick (2006, p.1):

Hoje em dia, na maioria dos lugares onde as novas tecnologias estão sendo usadas na educação, simplesmente reforçam abordagens ultrapassadas ao aprendizado. Mesmo com os avanços científicos e tecnológicos transformando a nossa agricultura, medicina e indústria, idéias e concepções do ensino e aprendizagem continuam vastamente inalteradas. Para tirar proveito das novas tecnologias, precisamos repensar nossas concepções de aprendizagem e educação – e nossas idéias sobre como as novas tecnologias as suportam.

É sabido que de nada adianta a escola está equipada com as melhores ferramentas tecnológicas, e o estudante saber utilizá-las se o professor não fizer uso dessas. Frente a esse contexto, o papel do professor é de extrema importância, pois é ele que irá mediar o conhecimento, tirando dúvidas e apontando soluções para os questionamentos dos estudantes. É por meio do trabalho coletivo, na interação entre professor-estudante e

estudante-professor que a aprendizagem se concretiza de forma rápida e dinâmica, isso porque as informações que os estudantes obtêm por meio da Internet não são apenas recebidas e guardadas. Elas representam um meio/caminho para a obtenção da consciência crítica, da reflexão, da elaboração de outras oportunidades e não um fim em si mesmas.

Quando um estudante encontra uma informação na Internet, ele busca compará-las com outras, tornando-se um ser ativo da sua própria formação. Por meio das trocas de informações, o estudante pode construir outras pontes de conhecimento e entender novas culturas, outros modos de compreender o mundo e o significado de tudo o que procura. Assim, oferecer aos estudantes a possibilidade de se utilizar as tecnologias no seu processo de ensino e aprendizagem, fortalecerá ainda mais a sua concepção de mundo e de sociedade.

A escola precisa inserir-se totalmente nesse novo modelo de ensino, o qual é imprescindível o uso das ferramentas digitais como um elemento de melhoramento da educação a que se pretende ofertar. Rezende (2002, p.1), é bem claro em suas colocações em relação à introdução das tecnologias no espaço escolar ao citar que:

Não se trata mais de perguntarmos se devemos ou não introduzir as novas tecnologias da informação e da comunicação no processo educativo, já na década de 1980, educadores preocupados com a questão consideraram inevitável que a informática invadisse a educação e a escola, assim como ela havia atingido toda a sociedade.

Sendo assim, compreende-se que as novas tecnologias passam a ter um significativo impacto sobre o papel do professor, pela reciclagem constante de sua formação, além de contribuir para que eles percebam os estudantes como pessoas participantes ativas no seu processo de aprendizagem e não como seres passivos e inertes de informações ou conhecimento, daí a importância da utilização das tecnologias nas aulas dos professores, principalmente aos estudantes do ensino médio. Pois esses, já estão se preparando para entrar no mercado do trabalho, e como em qualquer empresa que eles possam trabalhar, a tecnologia estará sempre presente, seja nas profissões mais básicas até as mais elevadas. Borba e Penteado (2001, p.56) alertam que:

O acesso à Informática deve ser visto como um direito e, portanto, nas escolas o estudante deve poder usufruir uma educação que no momento atual inclua, no mínimo, uma alfabetização tecnológica'. Tal alfabetização deve ser vista não como um curso de Informática, mas, sim, como um aprender a ler essa nova mídia. Assim, o computador deve estar inserido em

atividades essenciais, tais como aprender a ler, escrever, compreender textos, entender gráficos, contar, desenvolver noções espaciais etc. E, nesse sentido, a Informática na escola passa a ser parte da resposta a questões ligadas à cidadania.

Já Kalinke (1999, p.15), colabora e afirma que:

Os avanços tecnológicos estão sendo utilizados praticamente por todos os ramos do conhecimento. As descobertas são extremamente rápidas e estão a nossa disposição com uma velocidade nunca antes imaginada. A Internet, os canais de televisão a cabo e aberta, os recursos de multimídia estão presentes e disponíveis na sociedade. Estamos sempre a um passo de qualquer novidade. Em contrapartida, a realidade mundial faz com que nossos alunos estejam cada vez mais informados, atualizados, e participantes deste mundo globalizado.

Então, a escola que prisma por uma boa qualidade da educação a qual oferta, deve preparar seus aprendentes a viver na sociedade mediada pelas tecnologias, mas para isso precisa preparar muito bem seus professores para poderem ser mediadores desse conhecimento.

De acordo com Tancredi (1998, p.77):

É preciso destacar, entretanto, que a formação, básica ou continuada, não se faz e não pode se fazer apenas pela frequência aos cursos - ainda que deles constem as aprendizagens mencionadas-, mas por uma atividade de reflexão crítica sobre o saber e a prática, na interação com os colegas, considerando a cultura da escola, o contexto e as necessidades dos professores em exercício.

Educar com qualidade, emerge entre outros fatores, do professor rever seu papel na sociedade, e a escola criar condições para que novas práticas sejam desenvolvidas, por isso Tancredi (1998, p.75), afirma que:

[...]. O professor deve instigar a reflexão fundamentada dos seus alunos sobre o conhecimento científico, sobre sua aprendizagem, sobre seu papel social, sobre as informações que recebem, despertando-lhes o interesse pelo conhecimento como um bem em si, cuja aquisição deve continuar pela vida afora. Deve ensinar a criticar racionalmente o que está sendo aprendido, a pensar por si mesmo, a tomar decisões de forma coerente, responsável, fundamentada, a atuar democraticamente na sociedade.

Corroborando com os autores, acrescenta-se que ter acesso as tecnologias da informação tanto estudantes como professores, contribuirá para transformação de um ensino focado em livros, apostilhas e quadro, em uma prática no qual o conhecimento pode se dá simultaneamente durante todo o período escolar.

2.1 A participação da família no processo educativo

Os temas com enfoque na participação da família na aprendizagem dos estudantes são alvos de pesquisas científicas e de trabalhos de diversos pesquisadores, com o objetivo de contribuir com informações precisas para a compreensão da realidade atual da nossa sociedade e da escola como parte dessa.

Apesar de perceber-se um avanço significativo da inclusão dos pais dentro da escola, fruto de uma escola democrática, e do anseio da sociedade, essa entrada, ainda precisa ser mais bem compreendida.

Devido, a importância da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e da inclusão de pessoas com deficiência na escola, visualiza-se uma maior parcela de pais adentrando nos espaço escolar. Contudo, não se considera que isso se der de forma espontânea. E por que isso se dá? Acredita-se que devido concepções que se encontra arraigada da família, na qual em épocas passadas ela, só ia à escola para receber queixas dos filhos, e essa ideia ainda permanece em suas memórias, principalmente daquelas desprovidas de menor poder aquisitivo. Mas, por outro lado, também pode se compreender que com tantas mudanças ocorridas atualmente no mundo, acarretando implicações na estrutura familiar, levando a familiar a trabalhar (pai e mãe) a escola tem sido deixada por esse segmento em segundo plano. Essa não participação dos pais na vida escolar influi negativamente na aprendizagem dos estudantes.

Comumente, os fatores sociais mais encontrados que interferem na aprendizagem do indivíduo, principalmente da escola pública, além da formação do professor, são carências afetivas e as relações interfamiliares.

Nesse sentido, tem sido atribuída tanto a família quanto a escola o fracasso da criança em relação a sua aprendizagem (Piletti, 1999). Dentro dessa ótica, enfatiza-se que o papel da família se torna emergente e extremamente relevante dentro no contexto escolar, pois é ela que pode fornecer dados sobre o histórico de vida dos filhos, principalmente apresenta determinados comportamentos atípicos em relação à construção de sua aprendizagem.

Tiba (1996, p.140) aponta que:

O ambiente escolar dever ser de uma instituição que complete o ambiente familiar do educando, os quais dever ser agradáveis e geradores de afeto. Os pais e a escola devem ter princípios muito próximos para o benefício do filho/aluno.

Já Ramos (2009, p.35) enfatiza que: “é na família e na escola que se constrói parte da identidade de ser e pertencer ao mundo; nelas adquirem-se os modelos de aprendizagem, os princípios éticos e morais que permeiam a sociedade”. Na escola também se depositam expectativas, dúvidas, inseguranças e potencialidades.

Dessa forma, se questiona até que ponto a família tem contribuído com a escola, no sentido de auxiliar o estudante a vencer os desafios da ação “de aprender” (Morin, 2006)? E que abertura a escola tem dado a família para inserir-se em seu contexto? O trabalho pedagógico precisa considerar a família como parte essencial do sucesso dos estudantes, ou seja, escola e família são processos diferentes, porem indissociáveis.

A relação família-escola (Freire, 2002) tem sido um tema em destaque na discussão do meio acadêmico e na própria escola, sobre o alcance do sucesso dos alunos no processo de apreensão dos saberes introduzido na sala de aula. Rotineiramente, ouvem-se os professores afirmar que o apoio da família é ponto fundamental para o bom desempenho do estudante, outras vezes escutasse que, as crianças vão mal na escola na sua aprendizagem, porque suas famílias são desestruturadas ou porque não se interessam pela vida escolar da criança. Buscando compreender essa concepção apoiou-se em Souza (2009, p.5), que explica:

A escola e a família, assim como outras instituições, vêm passando por profundas transformações ao longo da história. Estas mudanças acabam por interferir na estrutura familiar e na dinâmica escolar de forma que a família, em vista das circunstâncias, entre elas o fato de as mães e/ou responsáveis terem de trabalhar para ajudar no sustento da casa, tem transferido para a escola algumas tarefas educativas que deveriam ser suas.

A ausência dos pais pode ser observada nos plantões pedagógicos, que as escolas realizam ou mesmo nas atividades festivas das quais é dever dos pais participar. São lacunas que vem se repetindo ao longo dos anos, o que pode ser caracterizado como um indicativo do pouco acompanhamento da vida escolar das crianças por parte dos pais/familiares (Távora, 2003).

De um modo geral, considera-se que a família tem dever de participar da vida acadêmica dos filhos, essa obrigação encontra-se elencada na Constituição brasileira, (Brasil, 1888, p.148) conforme texto a seguir:

Artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração e opressão.

A LDB (Brasil, 1996), reforça esse dever nos artigos 2.º, 12.º e 13.º conforme a seguir:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

[...]

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

[...]

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Nessa perspectiva, e de fundamental importância criar-se laços entre escola e família, para que esses dois segmentos se articulem e juntos possam encontrar caminhos para direcionar o estudante a obter um bom resultado nas suas aprendizagens e nas suas atitudes dentro e fora da escola.

Pode-se observar que hoje a educação passa por grandes transformações, e se não houver comprometimento da escola e da família, o ensino que a sociedade de uma forma geral almeja, estará longe de ter uma boa qualidade.

Dentro dessa expectativa, salienta-se que a escola precisa estar preparada para receber inserir a família, com vistas além de sua participação efetiva, a criar relações de respeito em favor de uma educação baseada no diálogo de forma sistemática. Pois a partir

do momento em que acontece o acompanhamento dos pais no processo escolar, percebe-se há aquisição de segurança por parte dos filhos por sentirem-se amparados, contribuindo positivamente nos resultados do processo ensino-aprendizagem.

2.1.1 O Brasil e a educação de qualidade: negligências históricas diante de um direito fundamental

A educação é um direito fundamental, assegurado pela LDB, pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. A educação é à base do desenvolvimento do homem e de toda uma sociedade. Segundo Nelson Mandela “é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. No entanto, essa arma para os estudantes de escolas públicas não está sendo a principal munição. São diversos os fatores que colaboram para que o Brasil não consiga alcançar resultados mais satisfatórios das aprendizagens dos seus estudantes.

Por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), os estudantes se submetem anualmente, na perspectiva de ingressar nas Universidades Públicas nos mais diversos cursos superiores. Grande parte desses estudantes brasileiros não consegue obter nota suficiente, adiando a realização de seus sonhos ou quando não, entram nas Instituições particulares, bancando seus próprios estudos. Apesar dessa situação, o ingresso por meio das notas obtidas pelo ENEM, o sistema de educação propõe duas possibilidades da entrada dos estudantes no curso superior. A primeira é pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), que é um programa do Governo Federal que usa a nota do ENEM para classificar candidatos a uma vaga na Universidade/faculdade. Neste programa, as vagas são exclusivas para universidades públicas e não há limites de renda para o estudante participar. Não há taxas de matrículas e a seleção ocorre duas vezes por ano, no primeiro e no segundo semestre. Esse programa não exige nota mínima nas provas do ENEM, basta ter feito o Exame no ano imediatamente anterior e não ter tirado zero na Redação.

Outra iniciativa do Governo Federal que contribui para a entrada dos estudantes que concluíram o ensino Médio e fizeram o ENEM é o Programa Universidade para Todos (ProUni). Esse programa concede bolsas de estudo parciais e integrais em faculdades privadas. O processo seletivo é gratuito e totalmente informatizado, usando somente o desempenho no ENEM para classificar os candidatos a uma bolsa de 50% ou 100%. Como requisito o estudante precisa ter feito o ENEM no ano imediatamente anterior, com pelo menos 450 pontos nas provas objetivas e nota maior do que zero na redação. Esse

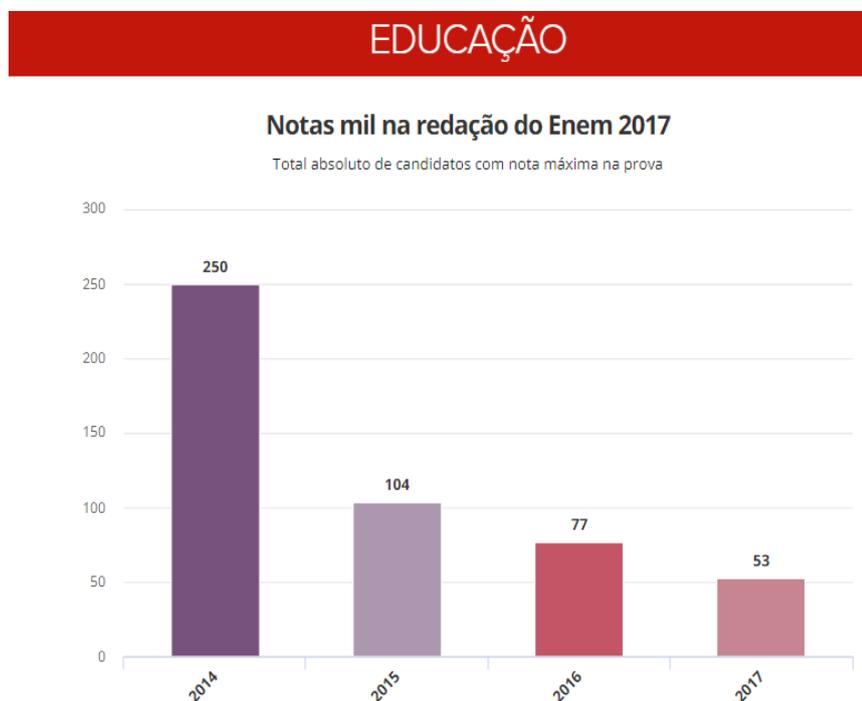
programa se destina a estudantes com renda familiar mensal bruta de até três salários mínimos por pessoa. Esse processo acontece duas vezes por ano, no primeiro e no segundo semestre.

Como se pode entender, ambos os programas, tem como um dos critérios para a participação dos estudantes não terem zerado a sua prova na redação. E ai, é que está um dos nós no ensino desses estudantes. Pois quem não escreve bem, também não ler bem e não contextualiza de forma satisfatória. Por isso, se faz emergir um novo olhar para esse fato, porque esse problema é recorrente e até então, pouca estratégia tem sido criada.

A questão da nota máxima nas redações nas avaliações do ENEM vem caindo ano a ano, levando grande preocupação aos professores, principalmente de Língua Portuguesa. A conclusão que se chega leva a dois diagnósticos: ou alunos não gostam de ler, ou a escola não tem estimulados e preparados esses, a ler e a escrever bem. É um problema muito grave, e que para alguns professores os recursos tecnológicos utilizados de forma negativa, tem levado os estudantes a não escrever bem.

Na figura abaixo se apresenta o resultados da queda no número dos estudantes que obtiveram nota 1000 nas redações.

Figura 2: Declínio na nota máxima dos estudantes no ENEM



Fonte: INEP

A leitura que se pode fazer através desses resultados é que, apesar dos programas sociais que vem sendo inseridos dentro da escola para melhorar a qualidade da educação brasileira, as suas eficácias ainda não tem sido demonstrado como resultados positivos.

Para Silveira e Ferrom (2012, p.6) comentam que:

Os tempos mudaram exigindo um projeto revolucionário de educação tanto na dimensão pessoal como institucional, desenvolvendo competência para ensinar e para aprender, repensando estratégias de mudança que permitam a profissionalização do ofício de educador e de professor como a elevação do seu nível de formação.

Isso implica dizer que, o professor precisar trabalhar de forma integrada com outras disciplinas, no qual todos eles dentro da escola possam elaborar propostas que melhorem a produção textual dos estudantes. Ressalva-se que a prática da produção textual não é somente competência do professor de Língua portuguesa, mas de todas as disciplinas do currículo escolar e seus respectivos professores. Porém, sabe-se que essa prática não é fácil, pois requer colaboração, integração, tempo, disposição, formação, elementos que a maioria dos professores não estão dispostos a comungar.

A dinâmica do mundo impõe à escola um movimento que deve ser relações pessoais com os alunos quanto na evolução do conhecimento (Lopes, 2009, p.55). Por isso, a educação que se busca, precisa de um conjunto de medidas que a curto prazo não será implementada, e sendo assim, o Brasil, continuará a apresentar baixa perspectiva em relação a qualidade da educação.

A educação de qualidade visa à busca incessante da descoberta de habilidade social, socioemocional, e isso só pode ser possível, com investimentos públicos e na transformação de práticas pedagógicas.

2.2 A importância da gestão democrática no desempenho escolar dos estudantes

A gestão democrática ou também conhecida como participativa, tem sido muito debatido nos grandes centros de debates. De forma que esta colabore com um espaço de defesa de uma educação pública de qualidade e igualitária para todos. Uma gestão compromissada com: a comunidade, a aprendizagem dos estudantes e com toda a escola desde os seus aspectos mais relevantes como a formação do professor até a estrutura física do ambiente escolar. Segundo Libâneo (2004, p.104):

Numa escola existem, pois, vários tipos de liderança. Entretanto, não se

pode negar que, mesmo na gestão democrática efetivada de forma cooperativa e participativa, o funcionamento e a eficácia da escola dependem em boa parte da capacidade de liderança de quem está exercendo a direção e a coordenação pedagógica.

Por outro lado, Veiga (1997, p.18), entende que:

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores.

A gestão democrática nasce, portanto como parte de um processo mais amplo de redemocratização da sociedade brasileira, garantida pela Constituição Federal no Art. 206 e contemplada na LDB no Art. 14. Esses dois documentos oficiais se apresentam como alternativas para superar o modelo de gestão centralizadoras e antidemocrática que se perpetuou durante anos no contexto educacional brasileiro, no qual contribuiu fortemente como uma forma de criarem-se novas organizações de práticas descentralizadas e participativas, tendo como referência o “diálogo”.

O PNE (Plano Nacional de Educação) encontra-se elencada a seguinte consideração acerca da gestão democrática da escola:

Gestão Democrática: referente aos sistemas de ensino e das instituições educativas, constitui uma das dimensões fundamentais que possibilitam o acesso à educação de qualidade como direito universal. A gestão democrática como princípio da educação nacional, sintoniza-se com a luta pela qualidade da educação e as diversas formas e mecanismos de participação encontrados pelas comunidades local e escolar na elaboração de planos de desenvolvimento educacional e projetos político-pedagógicos, ao mesmo tempo em que objetiva contribuir para a formação de cidadãos/ãs críticos/as e compromissados/as com a transformação social. Nesse sentido, deve contribuir para a consolidação de política direcionada a um projeto político pedagógico participativo, que tenha como fundamento: a autonomia, a qualidade social, a gestão democrática e participativa e a diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, do campo.

A implantação de políticas democráticas na gestão escolar não envolve somente a decisão de seus gestores, mas de todo o conjunto de seus membros. E sendo assim, o ponto

principal para a democratização da escola é que todos os segmentos que compõem a escola deva buscar o conhecimento da realidade na qual ela está inserida, para poder-se então, superar os desafios. Paro (1997, p.12), cita que:

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos.

Uma gestão nessa perspectiva poderá reverter às relações de poder entre as pessoas, promover a construção do diálogo com vistas a melhorar as estruturas físicas (por meio de parcerias) bem como aproveitar o conhecimento que os estudantes possuem quanto à utilização dos recursos tecnológicos. Dessa forma, surge uma organização com grande potencial para realizar a gestão de pessoas e de recursos, em um ambiente sistemático de aprendizagem. Nessa ótica a gestão escolar passa a ser representada como um profissional que necessita tomar decisões precisas levando a gerir as competências que a sociedade escolar requer.

De acordo com de Paro (1996, p.151), "a possibilidade de uma administração democrática no sentido de sua articulação, na forma e conteúdo, com os interesses da sociedade como um todo, tem a ver com os fins e a natureza da coisa administrada".

Nesse contexto, é preciso que a gestão escolar focalize suas práticas, em ações democráticas para que a mesma possa cumprir seu papel social frente a uma sociedade tida como democrática. Essa concepção é defendida por Gadotti (2010, p.4):

[...] estar impregnada por certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de criação de novos cursos ou de novas disciplinas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos, etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho.

Assim partindo-se da análise do papel da gestão democrática, compreende-se que essa precisa ter uma visão holística dos problemas que a escola enfrenta e suas metas a serem cumpridas com a colaboração de todos.

Na ótica de Bavaresco e Roque (2012, p.149)

Para construir uma escola democrática é necessária a percepção de que quando todos trabalham juntos pelo mesmo objetivo, aumentam-se as chances de êxito, assim como a motivação e a realização profissional dos docentes, incentivando-os à formação continuada e à participação e ao envolvimento na gestão escolar.

Partindo-se desse princípio, entende-se que uma gestão democrática deva primar pela aprendizagem dos estudantes em primeiro lugar, pois além de ser um líder, ele deve também um bom articulador.

Assim defende-se a ideia de que o papel da gestão democrática deve oferecer aos estudantes oportunidades de serem instruídos com qualidade e dar voz ativa dentro da escola. Dessa forma, a participação de todos os segmentos responsáveis pela educação é fundamental para suprir as necessidades coletivas em relação ao ambiente escolar. Nessa perspectiva compreende-se que a gestão que se declara democrática tem como ponto de vista a valorização de pensamentos e ideias de todos os que desejam uma educação que melhore.

2.2.1 Legislação brasileira e a gestão democrática

O termo legislação deriva do latim “legislativo” e significa ato de estabelecer leis. Já a legislação educacional vem se referir ao conjunto de leis estabelecidas para guiar as ações que visam criar estabelecimentos de ensino, bem como o trabalho que é realizado nesses estabelecimentos. Portanto ao citar-se a expressão legislação educacional, refere-se às leis que defendem a educação.

A Educação na forma da lei maior da educação, a LDB/96, consagra a gestão democrática do ensino público, como um dos princípios sob os quais o ensino brasileiro deve ser ministrado. Tal princípio determina que os sistemas de ensino deverão definir as “normas da gestão democrática, de acordo com as suas peculiaridades”. Em consonância com a LDB, a gestão que se assume como democrática, deve oportunizar a todos os participantes do processo de aprendizagem (família, comunidade, funcionários e os próprios estudantes) a sua participação nas decisões que ela deve tomar.

É regido por lei que as escolas devem ter uma gestão democrática, descentralizando o “poder” que era dado a uma só pessoa, no caso a gestor escolar em décadas anteriores, e repartindo-o com outros. Com esse novo formato de gestar, atualmente, as escolas vem

percebendo a necessidade em trabalhar de forma coletiva enquanto espaço de construção onde todos podem participar.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no seu artigo 206, que a forma de gestão da educação brasileira deve ser a democrática e participativa, descrita no inciso VI do referido artigo: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

O artigo 3º, inciso VIII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, (Brasil, 1996), comunga que a gestão do ensino público deve ser democrática, respeitando a forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino. No artigo 14 dessa mesma lei, estabelece que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público, na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Como posto, tanto a Constituição Federal como a LDB enfatizam que à gestão escolar deve ser democrática modificando práticas tradicionais visando um novo olhar na forma de gerir uma escola, incubindo aos sistemas de educação, a função de organizar e adaptar a gestão pública escolar, de acordo o contexto em que ela se insere. No entanto, observa-se que dentro das escolas públicas, ainda existe a figura da gestão centralizadora das decisões, em que a participação e autonomia dos estudantes e demais segmentos que a compõem, não são valorizados. São realidades que ainda tem sido visto no contexto escolar, mesmo com os avanços relacionados à educação. “Assim, apesar de viver-se numa sociedade que se diz democrática, em muitas escolas a tal “democracia” ainda se dar em passos lentos”.

“A escola tem de ser encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos atores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum” (Nóvoa, 1995, p. 35). A gestão escolar deve oportunizar a participação de todos os envolvidos no processo educativo, favorecendo a melhoria da educação, ponto-chave para que a escola der certo.

Libâneo (2015, p.326) destaca que: “[...] a gestão democrática, por um lado, é atividade coletiva que implica a participação e objetivos comuns, por outro, depende também de capacidades, responsabilidade individuais e de uma ação coordenada e controlada”.

Buscando apoio em Santos (2008, p.34), ele cita que: “a gestão escolar, na maioria das escolas públicas, ainda se baseia no modelo de administração clássica, estática e burocrática, não condizente com as necessidades de um mundo em constantes e rápidas transformações”. Dessa forma, salienta-se que, a gestão democrática precisa estar presente em todas as escolas, sendo ela pública ou privada, mas, para que isso aconteça se faz emergente que haja espaço para a participação de todos. É preciso que a escola reconheça de que educar é uma tarefa complexa, por isso, exige o empenho do conjunto dos segmentos que estão envolvidos.

Em suma, as legislações brasileiras de alguma forma, obrigam as instituições de ensino a serem democráticas, principalmente a começar pela sua gestão, ao descumprir tal princípio, está se ferindo a leis.

CAPITULO 3

MARCO METODOLÓGICO

3. MARCO METODOLÓGICO

3.1. O problema da pesquisa

Durante um diálogo informal com os docentes da Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra-Machados-PE-Brasil, ponderou-se algumas queixas direcionadas ao baixo rendimento escolar dos estudantes, sendo assim destacadas como: dificuldades da família no acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, infraestrutura da sede da escola, indisciplina e acrescentada ao desinteresse dos próprios estudantes nas atividades propostas pelos professores, fazendo-se assim, surgir diversos questionamentos relacionados à qualidade do ensino ofertado nessa escola.

É certo que na escola diversas questões estão relacionadas à qualidade da aprendizagem dos estudantes, principalmente do ensino médio.

Propostas de melhorias vêm sendo reformuladas, novas práticas vem sendo inseridas, todavia os problemas que colaboram para uma aprendizagem ainda não satisfatória, levando os professores a desacreditarem na possibilidade de uma escola pública com qualidade.

Conforme análise de Gadotti (2010, p.17), a qualidade da educação necessita de outros fatores que influenciam na qualidade da educação:

Há necessidade de se estabelecer padrões de qualidade do ensino aprendizagem, há necessidade de mensuração da eficiência e da eficácia dos sistemas educativos, mas, para se chegar a resultados concretos em educação, um grande conjunto de indicadores da qualidade deve ser levado em conta: a qualidade tem fatores extraescolares e intraescolares; é preciso também considerar outros critérios subjetivos, sempre deixados de lado, mas que podem ser dimensionados intencionalmente.

Por ser uma abordagem muito discutida, merece ser explorada, mesmo porque a proposta desta pesquisa é compreender quais concepções os professores possuem em relação à qualidade da educação, visto que vários estudiosos defendem a ideia de que inúmeros fatores contribuem para uma educação de qualidade. O fato de que o docente tem que ter como foco central a aprendizagem do estudante e não transmissor de conhecimento,

mas mediador do processo da construção dos saberes em prol dos estudantes. Segundo Freire, (2002, p. 47), “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção”.

Até o presente momento está-se fundamentando os fatos que se conduziu a elaborar o problema de investigação, que é: Qual concepção os professores da Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra – Machados-PE-Brasil possuem em relação à educação de qualidade? É importante salientar que a visão dos professores sobre essa temática, é fundamental para que a educação possa dar um novo delineamento na construção de novos rumos na busca da melhoria da educação significativa. De acordo com os Parâmetros Curriculares nacionais - PCNs (Brasil, 1997, p.99) para uma aprendizagem significativa será:

Necessária à disponibilidade para o envolvimento do aluno na aprendizagem, o empenho em estabelecer relações entre o que já sabe e o que está aprendendo. Essa aprendizagem exige uma ousadia para se colocar problemas, buscar soluções, e experimentar novos caminhos, de maneira diferente da aprendizagem mecânica, no qual o aluno limita seu esforço apenas em memorizar ou estabelecer relações diretas e superficiais.

O problema de uma pesquisa é um ponto de partida de toda investigação. É provavelmente a etapa mais importante do processo de toda investigação, já que implica vários passos inter-relacionados.

O problema consiste em uma pergunta ou enunciado sobre a realidade ou sobre qualquer situação que não se encontra uma solução satisfatória ou não dispomos de uma resposta adequada. Nessa mesma linha de pensamento, Gil (2010, p.7), descreve o problema de pesquisa científica como um “assunto controverso, ainda não satisfatoriamente respondido em qualquer campo do conhecimento, e que pode ser objeto de pesquisas científicas ou discussões acadêmicas”. Como consequência, inúmeras são as reclamações dos professores referentes às atitudes dos estudantes em não estudar para a realização das avaliações e sendo assim, justifica os baixos índices de aprendizagens.

3.2 Objetivos

3.2.1 Objetivo geral

Analisar as concepções dos professores da Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra em Machados–PE em relação à Educação de Qualidade

3.2.2 Objetivos específicos

1. Descrever acerca do ponto de vista dos professores no que se refere à Educação de qualidade;
2. Constatar se a escola tem propiciado ao professor momentos para trocas de experiências para a promoção de uma educação de qualidade;
3. Determinar as principais causas que levam os professores a não matricular (em) seu (s) filho(s) na escola pública;
4. Interpretar a opinião dos professores sobre o conceito de educação de qualidade.

3.2.3 Definições metodológicas: Enfoque e desenho

A realização desta pesquisa tem a intenção de alcançar os objetivos propostos e para isso, se faz necessário fazer uma análise sobre as concepções que os professores possuem em relação educação de qualidade, através da abordagem qualitativa, pois opta pela observação, descrição, análise e pelo entendimento das configurações mais relevantes do contexto educacional que se preocupam com a proposta do estudo.

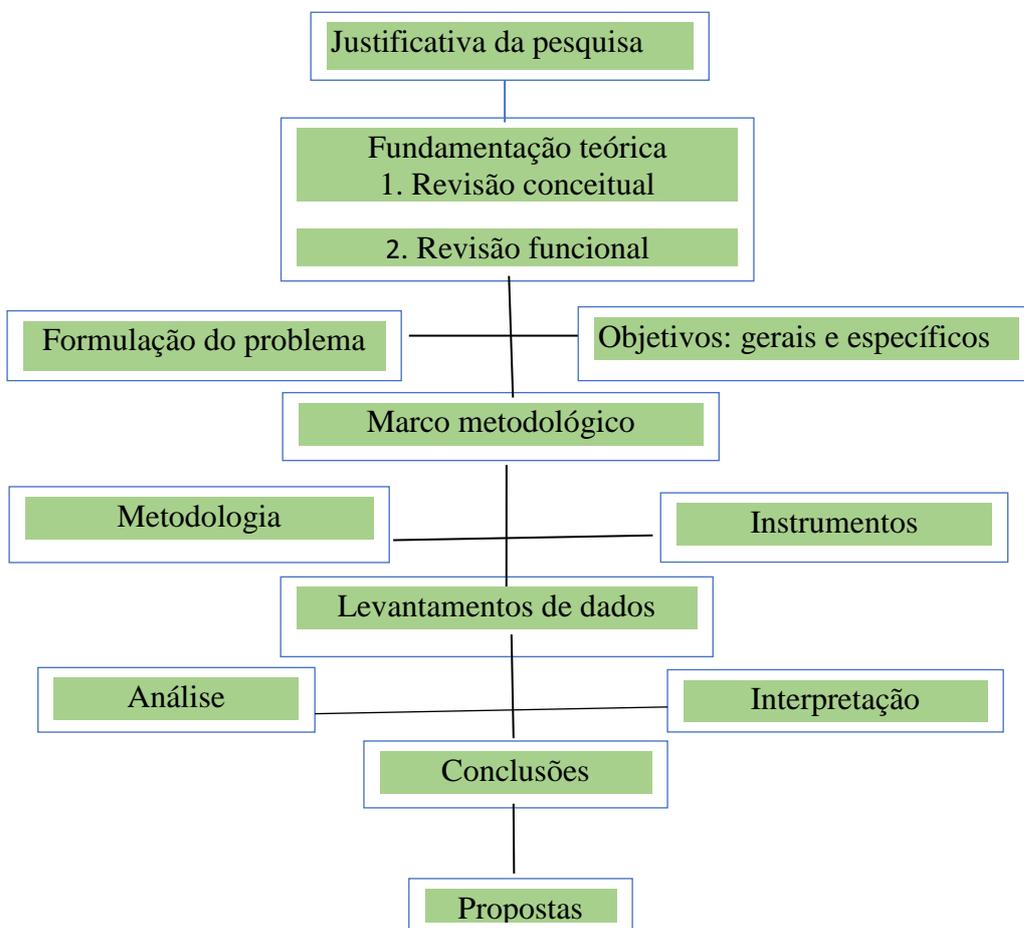
Para Denzín y Lincoln, (2011, *apud*, Campoy 2016, p.231), “a investigação qualitativa é uma atividade que coloca o pesquisador no mundo. [...] consiste em um conjunto interpretável, materiais práticos que tornam o mundo visível”.

Ao se utilizar o método qualitativo, as respostas serão objetivas e subjetivas competindo ao investigador compreender, descrever e interpretar comportamentos e opiniões para dar sentido à pesquisa, lembrando que a proposta da pesquisa qualitativa não é obter resultados computados, mas de permitir que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

Para responder os objetivos desta pesquisa, terá caráter descritivo, que “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou grupo, com a finalidade de identificar possíveis relações entre as variáveis” (Gil, 2010, p.27). Corroborando com Gil (2010) e Campoy (2016, p.144) enfatiza que para “obter uma pesquisa descritiva deve ser feita uma descrição cuidadosa dos fenômenos, ordenada e

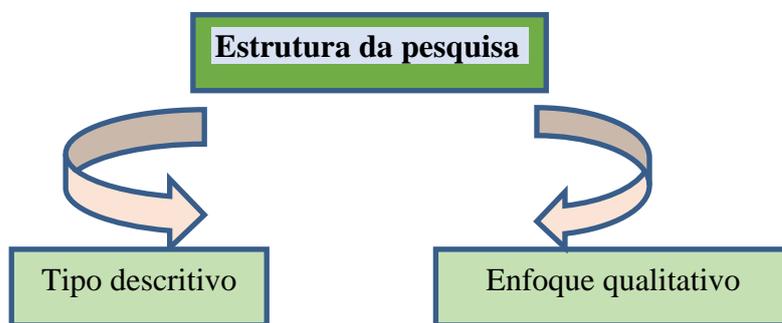
sistêmica para interpretar se as variáveis”. Nesse contexto foi elaborado um questionário de opiniões contendo perguntas abertas e fechadas e analisadas a luz do discurso.

Figura 03: Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Figura 4: Tipo e enfoque da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo pesquisador

É importante salientar que a posição que o pesquisador ocupa tem o papel de “servir como veículo inteligente e ativo entre os conhecimentos acumulados na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa” (Ludke e André, 1986, p.5).

Tendo em vista essa informação fica evidenciado que a construção da metodologia de um trabalho científico é um processo minucioso e de grande relevância para obter-se a concretização da pesquisa, visto que, é ela que determina o caminho que deve ser trilhado. Logo a metodologia deve ser um processo sistemático e racional, para a compreensão lógica do fenômeno que se quer estudar.

A pesquisa é descritiva porque segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 52) e Gil (2008, p. 47), têm como objetivo descrever as características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. O pesquisador registra e descreve os fatos por meio do uso de técnicas padronizadas e da coleta de dados como, por exemplo, o questionário e análise de documentos.

3.3 Contexto do estudo

Machados é uma cidade do interior de Pernambuco Brasil e segundo Censo 2018, possui uma população de estimada em 15.851(quinze mil e oitocentos e cinquenta e um) habitantes. O principal produto de subsistência da cidade é a monocultura da banana, quase todo o seu território tem o plantio.

No município atende a muitas escolas, entre elas: privadas, municipais e estaduais. Assim, a Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra (EREMSAG) que se localiza na Rua Antônio Albuquerque, 251 - Centro, Machados – PE e atende as etapas de ensino: Educação de Jovens e Adultos Médio e Ensino Médio Semi-Integral e foi escolhida para essa pesquisa, porque visualiza-se algumas deficiências no ensino e por querer-se compreender qual a visão que os professores que lecionam com os estudantes do Ensino Médio Semi-Integral possuem em relação a educação de qualidade, surgindo dessa forma, alguns questionamentos dessa pesquisa. A seguir apresenta-se a figura da sede da escola em questão.

Figura 5: Imagem da Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra

Fonte: Arquivo público

A estrutura física da escola é antiga, e com o tempo vem sofrendo com o desgaste, estando precisando sempre reparos e manutenções, segundo informação da escola. É uma escola de grande porte. Sua estrutura oferece: 13 salas de aulas utilizadas distribuídas dessa forma: 11(once) turmas do Ensino Médio Semi-Integral e 2(duas) turmas de EJA Médio;

Possui 45 funcionários sendo 20 (vinte professores); 1(um) gestor e 2(dois) coordenadores e 1(um) secretário. Os demais são distribuídos entre auxiliares de gestão e pessoal responsável pela limpeza e merenda escolar.

Quanto à carga horária de trabalho é de 20 horas semanais, nesta carga horaria estão inclusas as aulas atividades onde o professor planeja as aulas e projetos a serem desenvolvidos, e ainda lançam notas e frequência dos alunos através do Sistema de Informatização Estadual de Pernambuco-SIEPE.

A escola ainda possui sala de diretoria; sala de professores; laboratório de ciências; cozinha; biblioteca; secretaria; banheiros femininos e masculinos.

Quanto ao aspecto econômico os recursos para manter a escola são oriundos: Da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco; para pagamento de funcionários, manutenção do prédio e de equipamentos e materiais de consumo e pedagógico; Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), “proveniente do Ministério da Educação (MEC) para aquisição e manutenção de equipamentos, materiais pedagógicos e de consumo”.

A Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra, atualmente têm 470 (quatrocentos e setenta) alunos matriculados e funciona em três turnos: manhã, tarde e noite.

A Escola tem trabalhado muito para melhorar seu IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) com implementação de projetos pedagógicos e atividades escolares extraclasse. A figura abaixo representa o IDEB da escola nos últimos anos.

Figura 6: IDEB da Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra nos últimos anos e projeção futura.

Ano	Ideb	Projeção Ideb	Município Ideb
2005	0.0	-	0.0
2007	2.2	0.0	2.2
2009	3.2	2.3	3.3
2011	3.3	2.5	2.9
2013	3.7	2.9	2.8
2015	0.0	3.2	3.6
2017		3.5	3.5
2019	-	3.7	3.7
2021	-	4.0	4.0

Fonte: Arquivo público

3.3.1 Participantes

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 27) o conceito de população é:

O conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum, sendo considerada também como o conjunto de elementos, finito ou infinito, definido por uma ou mais características, que tem todos os elementos em comum que os compõem somente entre eles.

O estudo de uma população pode ser avaliado todos os seus elementos ou parte deles (amostra). Já Dessa a amostragem, é entendida como a análise que se realiza com uma com parte da população representada.

Campoy (2016, p.73), complementa e cita que:

A amostragem é uma técnica que é usada para selecionar uma amostra representativa da população estudada. Sua função básica é determinar a parte de uma realidade em estudo (população ou universo) deve ser examinada para fazer inferências (generalizações) sobre essa população. Por sua vez, a amostra é uma parte representativa da população que generaliza os resultados de uma investigação. A amostra deve estabelecer o "critério" da representatividade (por exemplo, uma universidade, uma faculdade, um departamento, etc.).

O critério utilizado para a seleção da Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade foi por perceber que todos professores que tem filhos, não os matriculam ou matricularam esses em escolas públicas.

Nossos participantes são compostos por 20 (vinte) professores que lecionam na Escola Estadual de Referência em Ensino Médio, em todas as turmas do ensino médio com todas as disciplinas do currículo escolar. Esses profissionais foram escolhidos, pois em sua maioria, possuem filhos que estudam em escolas do ensino privado. Além disso, possuem formações diferenciadas.

Sendo assim, ao serem escolhidos para essa pesquisa é porque concebe - se que são eles que podem transmitir confiabilidade e validade aos dados que serão analisados.

3.3.2 Técnicas e instrumentos

Como técnica de levantamento de dados, o instrumento utilizado for o questionário. Segundo Campoy (2016, p.162), “o questionário é um procedimento considerado clássico nas ciências sociais para a coleta e registro de dados. Sua versatilidade, sua velocidade na aplicação e o baixo custo, o torna mais usados na investigação”. O uso deste instrumento permite ao pesquisador obter informações, respeitando o ponto de vista do pesquisado, a ansiedade e suas expectativas.

3.3.3 Validação do instrumento

“O instrumento aplicado neste estudo com a finalidade de colher os dados foi um questionário” (apêndice 1) o qual passou por análise por 3 (três) professores doutores, que atuam em universidades brasileiras e paraguaias. A finalidade desta análise é para deixar o instrumento com um nível de entendimento e de clareza satisfatório para os pesquisados.

Campoy (2016, p.170), comenta que é “através da validade do conteúdo é submeter o questionário à valorização de pesquisas e expertos (especialistas), que devem avaliar a capacidade deste para avaliar todas as dimensões que queremos medir”.

Os expertos seguiram dois critérios estabelecidos para avaliação, são eles:

1. Coerência, critério que determina se as perguntas estão correlacionadas com os objetivos da pesquisa.
2. Clareza, critério no qual foi sinalizado se as perguntas facilitavam a compreensão por parte dos pesquisados.

Como resultado da avaliação dos expertos teve que remover algumas das perguntas do questionário dos docentes, por falta de coerência. Segundo a explicação dos expertos, estas perguntas não apresentavam clareza tão pouca relevância para a pesquisa, no entanto grande parte das perguntas elaboradas manteve-se como planejadas desde o princípio, pois as mesmas encontravam-se dentro dos padrões determinados para validação dos instrumentos.

3.3.4 Procedimentos para coleta dos dados

Para realizar a coleta de dados foi feito primeiro o contato com a gestão escolar sendo apresentado o propósito e os objetivos da pesquisa, mostrando a importância desta, principalmente para o sistema de educação e para a própria escola. Nesse encontro também foi explicado o período de duração como seria a coleta dos dados e apresentado as etapas da pesquisa, e que seria realizado com a aplicação do questionário pelo pesquisador de forma presencial e no espaço escolar durante os meses de novembro a dezembro de 2018.

Os professores participantes dessa pesquisa serão classificados com os números, **(Professor de 1 a 20)** para manter o anonimato do pesquisado.

Após essa etapa conversou-se com os professores, **sujeitos da pesquisa** mostrando a relevância de sua participação nesse estudo.

Em seguida, iniciou-se a aplicação do questionário para coleta de dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Interpretação dos Dados do Questionário do Professor

Neste capítulo serão expostos e analisados os resultados da investigação cujo tema é: **Concepções sobre Educação de Qualidade pelos professores do Ensino Médio** e foram todos gerados a partir do instrumento de coleta de dados (questionário).

A análise coletada contribuiu para tecer as reflexões pertinentes e significativas sobre a temática, para concluir-se o presente estudo. Dessa forma, discorre-se sobre as considerações integradas referentes ao processo analítico do objeto de investigação.

A metodologia que foi utilizada possibilitou detalhar o objeto de estudo, estando o mesmo em consonância com os objetivos já descritos anteriormente, nos quais possibilitarão as interpretações e reflexões sobre o tema.

O confronto entre a teoria apresentadas pelos diversos autores que abordam a temática, contribuiu nesse processo de coleta dos dados. Para tanto se apresenta os dados analisado desta pesquisa tendo por objetivo geral investigar as concepções dos professores da Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra em Machados – PE em relação à Educação de Qualidade, e para obter as respostas da coleta de dados, foi registrado todas as respostas dos questionários buscando esclarecer os 4 (quatro) objetivos específicos propostos nessa pesquisa.

4.1.1 Conhecendo o perfil dos professores

Os dados analisados buscaram conhecer o perfil do professor para analisar suas concepções, seus anseios e desejos e assim formar um conceito que responda aos objetivos desse estudo. Assim analisou a “idade”, ”sexo”, “formação”, “tempo de docência” e “número de filhos”.

Tabela 1: Perfil dos Professores

1. Idade	Participantes
De 21 a 25 anos	—
De 26 a 30 anos	02
De 31 a 35 anos	04
Acima dos 35 anos	14
2. Sexo:	
Masculino	04
Feminino	16
3. Titulação	Participantes
Graduação	15
Especialista	04
Mestre	01
Doutor	--
4. Tempo de Docência	
De 2 a 5 anos	01
De 6 a 9 anos	02
De 10 a 13 anos	05
Acima de 13 anos	12
5. Quantidade (s) de filho(s)	02
Não tenho	01
De 1 a 3 filhos	19
Acima de 3 filhos	—

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Assim, analisando as respostas acima, percebe-se que a maioria dos professores possuem idades acima de 35 anos, prevalecendo o sexo feminino, poucos possuem e especialização, tornando-se um grave problema para a educação dessa escola, pois se entende que só a graduação não prepara esse profissional para atuar numa instituição, da qual os problemas de aprendizagens são inerentes nesse processo.

Observou-se também que grande parcela dos professores já tem uma vasta experiência em docência, e que apenas 01(um) professor não possui filhos.

Nessa perspectiva, já se aponta como um dos problemas, a qualidade da educação nessa escola, pois a baixa formação acadêmica dos professores pode comprometer uma educação com qualidade. Na fala de Guimarães (2006, p.111):

Os problemas da formação de professores só podem encontrar soluções satisfatórias se compreendermos que formação e profissionalização docentes são aspectos indissociáveis e que estão profundamente imbricados na escolha da profissão, na forma de ingresso no campo de atuação, no acolhimento no local de trabalho, nas formas de organização e produção do trabalho escolar, no grau de satisfação profissional com a carreira e com a profissão e nas perspectivas de crescimento e desenvolvimento profissional ao longo da vida.

A esse respeito, pode-se então afirmar que o professor precisa se atualizar constantemente, principalmente nessa era, em que o ensino a distancia tem sido uma aos meios onde isso acontece.

Sabe-se que o professor tem uma tarefa diária muito elevada, quase não sobrando tempo para se atualizar, contudo é preciso unir esforços, pois por serem professores do Ensino Médio, correrá o risco de encontrar na sala de aula, estudante com conhecimento maior que o seu.

Respostas das perguntas relacionadas aos objetivos específicos.

Objetivo específico 1 – Descrever acerca do ponto de vista dos professores no que se refere à Educação de qualidade

4.2 Concepções dos professores sobre educação de qualidade

A qualidade da educação brasileira é um tema recorrente, em todos os campos da pesquisa científica e por todos, que buscam melhorar a atual realidade na qual o Brasil se encontra nos termos educacionais. Por outro lado, entende-se que ela está associada à visão que o ser humano possui em relação à natureza das relações sociais.

No contexto atual, o sistema de educação tem procurado mecanismos para que a escola pública melhore a sua qualidade na educação ofertada aos seus estudantes.

Percebe-se que esforços vêm sendo feito para melhorar os índices de aprendizagens dos estudantes, no entanto apesar dos esforços, um longo caminho ainda precisa ser

trilhado. Dentro desse contexto, foi perguntado aos **professores que concepções eles possuíam em relação a uma educação de qualidade**: *“A educação ideal é a que atinge os altos níveis de aprendizagem, para isso, é chamada de educação de qualidade. Para se atingir essa “qualidade, é de extrema importância que sejam investidos recursos humanos, tecnológicos e da infraestrutura nas escolas, Educação de qualidade é aquela que o estudante domina as competências e habilidades básicas para o seu nível/etapa de ensino” (Professor 1).*

A ideia que se tem da escola pública, laica, gratuita e universal, força a visão de que esses elementos contribuam para uma educação com qualidade, e isso não é verdade. Todos esses fatores apontam à necessidade de se mudar radicalmente a escola, o que significa mudar as práticas dos professores (Almeida, 2004, p.168). Corroborando com a autora, por ser gratuita, se pensam que na educação está tudo bem, que o professor tem formação, que se tem gestão democrática e que a estrutura física das escolas não interferem no processo de ensino e aprendizagem, o que é meramente uma ideia equivocada.

Dentro da escola pública, há uma gama de problemas que precisam ser sanados e que depende de um grande esforço da sociedade, principalmente, a formação contínua do professor na área tecnológica. *“Uma educação condicionada a diversos fatores, sejam eles físicos e tecnológicos, além de ofertar ao estudante condições de desenvolver suas habilidades e competências” (Professor 02).*

A esse respeito, Kenski (2001, p.105), afirma que:

As tecnologias digitais permitem aos professores trabalhar na fronteira do conhecimento que pretende ensinar. Mais ainda, possibilitam que eles e seus alunos possam ir além e inovar, gerar informações novas não apenas no conteúdo, mas também na forma como são viabilizadas nos espaços das redes. Para isso, além do domínio competente para promover ensino de qualidade, é preciso ter um razoável conhecimento das possibilidades e do uso do computador, das redes e demais suportes mediáticos em variadas e diferenciadas atividades de aprendizagem.

O resultado na falta de habilidades tecnológicas do professor é que tem resultado numa prática na qual os estudantes estão cada vez mais se sentindo desestimulado, isso porque esses, já nasceram inseridos num contexto totalmente tecnológico. Recorrendo-se a Almeida (2004, p.168), que comenta:

Ao mesmo tempo, novas demandas têm sido colocadas pela reordenação do mundo do trabalho, impulsionadas pelas novas tecnologias, e pelo

movimento mundial de globalização. Da escola passou-se a exigir a formação de um novo cidadão trabalhador.

Magedanz, Herber e Silva (2016, p.18), reforça essa ideia e cita que:

Talvez seja consenso, na atualidade, que o “ser professor” exige cada vez mais do profissional docente, tendo em vista a velocidade com que o conhecimento e as tecnologias evoluem e que não há como manter a mesma metodologia do século passado, do ano passado, da aula passada.

Nesse novo modelo educacional, voltado ao uso das tecnologias considera-se que é papel do professor proporcionar aos estudantes o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e sistematizados nas diferentes áreas do saber, de forma ativa e colaborativa mediado também pelas tecnologias.

Dessa forma, espera-se que a qualidade da educação ofertada para esse público os possibilitem a concorrer de modo igual aos diversos cursos universitários disponíveis nas universidades; seu próximo passo acadêmico. Por isso ao mencionar o aspecto da qualidade da educação desse público é porque estudos têm apontado que é grande a parcela de estudantes que tem concluído o ensino médio que apresentam severas dificuldades de adaptar-se nos cursos superiores por uma aprendizagem insatisfatória, no ensino médio, ou quando não, são reprovados nas avaliações de ingresso na universidade. Tudo isso, acarreta em sérios problemas para a educação brasileira e que precisam ser solucionados, pois a educação com qualidade que se espera é aquela que: *“além de dispor de recursos modernos, tenha profissionais qualificados e comprometidos com a educação”* (Professor 3). Além do que alguns professores precisam se comprometer com a educação, pois há professores que não são compromissados com um fazer pedagógico, prejudicando desse jeito, a aprendizagem dos estudantes, por isso alguns professores entendem que a qualidade da educação se dá entre outros fatos: *“Professores comprometidos e a escola dando condições de trabalho, gera educação de qualidade”* (Professor 4). O comprometimento do professor para exercício de sua função é crucial para um bom trabalho pedagógico, mas também, o comprometimento da escola a estimular o professor a estudar, a se qualificar: *“É a educação onde o centro está na qualificação dos profissionais e como estes profissionais repassam seus conhecimentos aos discentes e como esses, recebem estes conhecimentos. O afeto, o interesse pelo aprender e a ausência do medo são ingredientes indispensáveis para uma educação de qualidade”* (Professor 5).

Neste contexto, a construção da autonomia do estudante é indispensável para o desenvolvimento da consciência crítica para que esse seja capaz de transformar a realidade

onde estar inserido numa outra perspectiva. Desse modo, é importante estimular a motivação tanto do professor como do aluno, ou seja: “quando existe investimento, tanto para o aluno como para o professor (Professor 6).

A qualidade na educação se dá quando a escola “prepara o aluno não somente para a avaliação, mas que prepara para a vida, utilizando métodos de interligar aprendizado com cotidiano (Professor 7).

Preparar o estudante para a vida é também uma das funções de escola, a fim de preparar seus alunos para o exercício da cidadania de forma geral. Descrevem-se abaixo os conceitos concebidos pelos demais professores:

Tabela 2: Concepções dos professores sobre educação de qualidade

<i>“É aquela que promova o desenvolvimento integral do indivíduo e que favoreça o desenvolvimento cognitivo e sociocultural do aluno, preparando-o viver em sociedade, levando-o a buscar sua formação pessoal e profissional”.</i>	Professor 8
<i>“É quando há uma troca de conhecimento entre professor e aluno com uma boa aprendizagem”.</i>	Professor 9
<i>“É quando o investimento aplicado para o professor e para o aluno, priorizando o ensino, buscando preparar o aluno para a vida”.</i>	Professor 10
<i>“É a que os estudantes consigam aprender e colocar em prática as competências e habilidades referentes ao ano que o aluno está estudando”.</i>	Professor 11
<i>“É aquela que oferece aos alunos uma boa aprendizagem, mas que para que isso aconteça é essencial que os professores sejam valorizados para que desempenhe melhor a sua função”.</i>	Professor 12
<i>“É quando há uma boa prática pedagógica, fazendo com que os discentes possam utilizar na prática o que aprendeu na teoria”.</i>	Professor 13
<i>“É uma educação onde os alunos conseguem garantir níveis adequados de aprendizagem. É a eficiência e eficácia de todos os insumos e processos que dão suporte a aprendizagem dos alunos”.</i>	Professor 14
<i>“Aquela educação que prepara o estudante no apenas pra o mercado de trabalho, mais para a vida”.</i>	Professor 15
<i>“Aquela onde todos tem o direito de desenvolver suas potencialidades. É necessário que haja uma politica publica que envolva todos o sistema educacional (professores, pais, alunos gestores, comunidade)”.</i>	Professor 16
<i>“É quando a escola oferece mecanismos adequados de informação e</i>	Professor

<i>comunicação entre todos os segmentos da escola, bons profissionais atuando em suas áreas de ensino. “Sistema de ensino favorável à aprendizagem dos estudantes, onde os mesmos aprendem primeiro em sua própria língua e haja interação entre família e escola”.</i>	17
<i>“É a educação onde os alunos conseguem expor o que aprenderam. Onde os pais estão acompanhando seus filhos na educação. Onde há professores qualificados e motivados e uma boa infraestrutura como laboratórios e bibliotecas”.</i>	Professor 18
<i>“É aquela em que o estudante passe pela escola aprendendo o que é esperando ao final de cada ano escolar. Que ele conclua o ensino na idade certa dando continuidade aos estudos n o ensino superior”.</i>	Professor 19
<i>“É aquela que é amparada pelo governo em suas demandas essenciais, visando o papel do professor como mediador do processo de ensino para que sua jornada não se torne um fardo”.</i>	Professor 20

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Analisando as falas dos professores, pôde-se se perceber que eles são enfáticos quando compreendem que a qualidade na educação, só poderá ser concretizada quando a escola preparar o estudante para o mercado de trabalho, acima de tudo, preparar para a vida. Compreendem da importância da qualificação do professor e da participação da família no processo de ensino. Buscando apoio em Jordão (2009, p. 12), que aponta a importância da formação do professor de forma contínua: ”A formação do professor deve ocorrer de forma permanente e para a vida toda. Sempre surgirão novos recursos, novas tecnologias e novas estratégias de ensino e aprendizagem”. Daí a importância do professor ser bem preparado.

Uma educação onde há despreparo do professor quanto ao uso das ferramentas tecnologia na atual realidade social, implica na utilização de práticas tradicionais, onde apenas o “livro” passa a ser o único instrumento que o professor utiliza para buscar informações.

4.3 Motivos que levam a maioria dos professores a não matricular seu(a) filho(a) na escola pública

A busca por proporcionar aos filhos uma educação que os preparem para vida e para competir com um mercado de trabalho cada vez mais exigente, tem sido uma das

preocupações dos pais brasileiros. O anseio por uma escola que prime por esse desejo, tem sido uma constante na vida das famílias.

Encontrar uma instituição pública na qual a educação seja de boa qualidade é sem dúvida um desafio, isso porque são diversas as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar pelos professores, gestores e demais funcionários. São problemas como de infraestrutura, falta de professor ou quando não a rotatividade, indisciplina, falta de recursos financeiros da escola, escassez de recursos didáticos pedagógicos, a falta do acompanhamento escolar dos pais na vida dos filhos, entre tantos problemas que assolam a escola pública.

A escola deve ser vista como espaço para disseminação de conhecimento e representa a primeira esfera de contato entre o sujeito e o conhecimento científico. Nessa ótica recai sobre ela, a emergência em adequar seu papel mesmo com tantos entraves, a fim possibilitar a formação de sujeitos consoantes com a realidade de uma sociedade totalmente globalizada e permeadas pelas tecnologias. Nesse contexto perguntou-se aos professores **qual era o motivo que levava a maioria dos professores a não matricular (em) seu (a) filho (a) na escola pública?** Segundo o Professor 20 se dá pela *“falta credibilidade que é dada ao sistema, uma vez que este visa aspectos puramente quantitativos”* já o Professor 19 afirma que: *“os professores já conhecem a precária situação dessas escolas”*. A falta de credibilidade do próprio professor da escola pública na oferta de uma melhor qualidade na educação, só vem acrescentar os que muitos autores já percebiam. É um fato preocupante, pois enquanto conceberem dessa forma e nada fazem para mudar a realidade, o ensino que eles mesmos ministram, o Brasil permanecerá com baixos índices de aprendizagens de seus estudantes. Também acrescenta o Professor 15 que: *“a quantidade de alunos por sala, é muito grande e isso interfere diretamente na qualidade do ensino”* complementa o Professor 11 *“não há climatização adequada, biblioteca defasada, faltam laboratórios e espaços esportivos condizentes”*. São problemas que contribuído para uma concepção negativa dos professores.

A função da escola pública na atual conjuntura é socializar o conhecimento e atuar na formação moral dos alunos, e isso envolve esforço, ajuda coletividade e integração. Caso contrário, os próprios professores que trabalham nas escolas públicas terão uma concepção que *“existe um descaso com os professores, o que se reflete na qualidade da educação”* (Professor 6). Por outro lado: *“muitas vezes por acreditar que a educação da escola particular é melhor* (Professor 5). Tais concepções, leva-se a concluir que a escola não tem parado para debater seus problemas juntamente com todos, conforme LDB (Brasil,

1996), que aconselha aos estabelecimentos de ensino o debate entre todos sobre seus problemas, sua realidade para tentar suavizá-los focando em ações. As propostas que devem ser elaboradas precisam estar contidas no seu PPP., documento, conforme Veiga (2007, p.13):

O Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola.

Abaixo se descreve as outras concepções dos professores.

“Devido à escola pública ser de má qualidade. Vemos que nenhum governante político colocam seus filhos em escolas públicas, porque eles não dão à devida valorização que deve ser dada a mesma” (Professor 18);

“A estrutura física e a falta de compromisso de alguns profissionais, que desmotivados não cumprem seu papel de educador” (Professor 1)”;

“Não acreditarem em uma educação que leve seus filhos a terem uma aprendizagem eficiente” (Professor 14).

São muitas as inquietações que tem desestimulados os professores a não matricularem seus filhos em escolas públicas do país. São concepções que precisam ser levadas a sério, pois é preciso que o Brasil invista na qualidade da educação com políticas eficazes que permita ao professor conceber a escola pública com boa qualidade. Senão ter-se-ão esses discursos não somente por parte dos professores, mas de outros segmentos sociais: *“a falta de uma educação de qualidade” (Professor 3); “O comprometimento por falta de muitos professores”(Professor 2); a indisciplina, salas lotadas, insegurança, ausência da família na escola” (Professor 4); que a educação pública está longe de ser de qualidade”(Professor 17)” falta de recursos”(Professor 12); situação precária (Professor 16);”falta de formações para os professores(Professor 13); por perceberem que a escola pública não prepara o estudante para o mercado de trabalho, pois o incentivo do governo é voltado para a frequência do aluno”(Professor 10). São problemas de difíceis soluções, pois a escola sozinha não dará conta dos mesmos. É preciso agir, em parceria, governo escola, sociedade, para que se possa apresentar um cenário mais acreditável e não se venha escutar relatos como esses: *“existem professores que não acreditam no potencial da escola pública” (Professor 9); os professores conhecem a**

realidade da escola pública, por isso dão preferência em matricular os filhos na escola privada”(Professor 8);a maioria dos estudantes não têm interesse e nem responsabilidades com o estudo”(Professor 7).

4.3.1 Determinantes que impossibilitam a escola pública na oferta de ensino com maior qualidade

A educação pública e gratuita, enquanto direito universal, deve estar na base de todas as esferas: municipal estadual e federal. A definição de educação parece ter se tornado uma verdade incontestável para muitas pessoas. Todavia, a prática cotidiana em grande parte das escolas, parece revelar que antagonismo a respeito do termo, tendo em vista o elevado número de trabalhos publicados com teorias e abordagens diferenciadas, bem como do fracasso de muitas instituições na arte de educar.

Concebe-se que a educação não é uma mera transmissão ou recepção do conhecimento, pois o ser humano já nasce sabendo, deixando de ser receptor passivo do processo, mas como um sistema aberto, dinâmico e democrático. Sendo assim, passa-se a considerar a educação como fenômeno social, essencial à constituição do homem e da sociedade, constituinte, da vida social, econômica, política e cultural de qualquer nação, tornando um bem popular. Sendo assim, segundo Brandão (2002, p.141- 142) a educação não pode ser vista como:

[...] algo realizado como um acontecimento situado e datado, caracterizado por um esforço de ampliação do sentido do trabalho pedagógico a novas dimensões culturais, e a um vínculo entre a ação cultural e a prática política. A educação popular foi e prossegue sendo uma sequência de ideias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são reestabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como foco de sua vocação um compromisso de ida – e – volta nas relações pedagógicas de teor político realizadas através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos como não beneficiários tardios de um “serviço”, mas como protagonistas emergentes de um “processo”.

Por outro lado, Kenski (2010, p.64) afirma: [...] a educação escolar tem de ser mais de uma mera assimilação certificada de saberes, muito mais do que preparar consumidores ou treinar pessoas para utilização das tecnologias de informação e comunicação.

Nessa ótica, a educação diz respeito à existência do ser humano e tem sua base legal fundada nos princípios das leis que ampara todo o povo brasileiro. Dessa forma deve

os sistemas de ensino, por meio de suas secretarias, elaborar propostas e ações eficazes que levem a escola a ofertar uma educação com qualidade, que possa fazer de seus aprendentes um ser crítico, ativo e participante de uma sociedade repleta de desigualdades sociais. No entanto, essas ações devem ser pensadas a *priori*, ao combate dos entraves que tem impossibilitam a escola de melhorar o seu ensino e que tem contribuído para um cenário muito preocupante em relação às aprendizagens dos estudantes. Pensando nesses entraves, perguntou-se aos professores entrevistados **quais eram os determinantes que impossibilitavam a escola pública em oferecer um ensino de melhor qualidade**. No quadro abaixo se elenca as respostas:

Tabela 3: Determinantes que impossibilitam a escola em ofertar uma educação de melhor qualidade

<i>“Regras do Sistema”</i>	<i>Professor 3, Professor 6, Professor 18, Professor 15 e Professor 20</i>
<i>“Condições físicas das escolas e condições de trabalho”;</i>	<i>Professor 14, Professor 7; Professor 1, Professor 19, Professor 17, Professor 16 e Professor 13</i>
<i>“Professores despreparados”;</i>	<i>Professor 4, Professor 5</i>
<i>“Participação da família”;</i>	<i>Professor 2, Professor 9, Professor 8 e Professor 10</i>
<i>“Falta de interesse dos estudantes”;</i>	<i>Professor 12</i>
<i>Aprendizado ineficaz dos estudantes em turmas anteriores;</i>	<i>Professor 11</i>

Fonte: Elaborada pelo pesquisador

Diante dos discursos dos professores pode-se interpretar que são uma série de problemas na visão dos professores que impossibilitam da escola de melhorar a qualidade de sua educação.

A questão das regras do sistema de ensino, as condições da infraestrutura da escola, bem como a não participação da família, são os determinantes que influenciam positivamente na má qualidade da educação. Esses determinantes já é tocado por Dourado e Oliveira (2009, p.4), que relatam a preocupação com os desafios que o Brasil enfrenta para apresentar um cenário bem melhor na sua educação pública.

Esta constatação revela o quadro complexo, relativo ao estabelecimento de parâmetros de qualidade em um cenário desigual e combinado que caracteriza a educação brasileira. Este cenário é fortemente marcado por desigualdades regionais, estaduais, municipais e locais e por uma grande quantidade de redes e normas nem sempre articuladas. Nesse contexto, como avançar para a construção de indicadores comuns? Como assegurar educação de qualidade para todos?

Dada a relevância do Brasil estar numa posição bem inferior aos outros países em termos educacionais, necessitará investir na melhoria das condições físicas dos estabelecimentos de ensino e construção de novas escolas, assim como criar mecanismos para que a participação da família na escola seja uma constante e não somente quando for chamada por ela. Sendo assim, [...] a interação família/escola é necessária, para que ambas conheçam suas realidades e suas limitações, e busquem caminhos que permitam e facilitem o entrosamento entre si, para o sucesso educacional do filho/aluno (Souza, 2009, p.7).

Outro problema que precisa ser resolvido é a oferta de cursos voltados à área tecnológica para o professor, cabendo aos sistemas de ensino a responsabilidade de articular-se para resolver esse problema. Para Tedesco (2004, p.99), estabelecer políticas nacionais para o planejamento e aplicação de programa de integração das NTIC na educação pública é uma responsabilidade que envolve não só o setor educativo como também outros setores governamentais.

Preparar muito bem seus professores e melhorar as condições de trabalho dos professores e também a questão financeira deve ser muito bem pensada. São políticas que se implementadas colaborarão para a melhoria da qualidade da educação.

Objetivo 2. Constatar se a escola tem propiciado ao professor momentos para trocas de experiências para a promoção de uma educação de qualidade;

4.4 Gestão escolar e as trocas de experiências entre os professores

O papel que o gestor exerce na escola não se resume meramente à administração dessa, mas a de um agente responsável por mudanças, por mediar conflitos que é muito comum no espaço escolar, promover momentos para troca de experiências, participar de reuniões e seminários. Tudo isso faz desse profissional, um personagem muito importante no ambiente escolar.

Com os novos paradigmas educacionais, recai sobre o gestor a relevância de incorporar-se a modernização. No cenário educacional as mudanças ocorrem de forma muito rápida e veloz, principalmente com a introdução de novas tecnologias e novas formas de avaliar, levando o gestor a preparar seus professores diante de um contexto tão complexo e ao mesmo tempo tão atraente.

Dentro da escola encontram-se professores com uma vasta experiência e outros com pouca e às vezes nenhuma. Alguns são formados há muito tempo, enquanto outros têm concluído a sua graduação com pouco tempo. No seu fazer pedagógico surgem dúvidas entre eles, carecendo de momentos fora do horário escolar para trocarem informações, para também se apropriar das mudanças que ocorrem na educação, e para planejarem juntos seus projetos, numa abordagem interdisciplinar, que contribua com a formação da cidadania consciente e crítica dos seus aprendentes. “A colaboração entre professores de um mesmo nível de ensino que constroem um material ou elaboram provas juntos e as experiências de team-teaching também fazem parte da prática partilhada dos saberes entre os professores” (Tardif, 2002, p. 53).

A proposta da interdisciplinaridade tocada outras vezes nesse estudo, “é estabelecer ligações de complementaridade, convergência, interconexões e passagens entre os conhecimentos” (PCN–Ensino Médio, p.26). O trabalho focado na prática interdisciplinar permite uma maior interação entre os estudantes e com os professores, promovendo uma maior experiência, e o convívio em equipe. Partindo desse pressuposto, vale salientar que trabalhar a interdisciplinaridade busca-se promover a união entre todos, na busca do objetivo que se deseja alcançar contribuindo para a formação de indivíduos sociais.

Neste contexto, a finalidade da prática interdisciplinar é apresentar aos estudantes diferentes possibilidades de olhar um mesmo fato ou problema. Todo esse panorama faz com que o gestor enquanto democrático crie condições que favoreça a troca de experiências entre os professores.

O gestor deve gerenciar com muita responsabilidade, a promoção e a motivação para que o professor possa continuar sendo um estudioso das causas que atinge a sociedade. Para isso, ele precisa se responsabilizar para garantir os direitos individuais dos estudantes sem ferir o que determina a LDB/96, pois afastar o professor da sala de aula, implica em diminuir o tempo em que os estudantes estão em sala de aula. Para resolver esse problema se faz necessário, o gestor traçar ações que não prejudique o estudante, mas que beneficie o professor. É um direito que é dado ao professor de se atualizar, cabendo à escola facilitar esse direito. Dentro desse contexto foi perguntado aos professores **se a**

gestão escolar tem promovido em *locus* momentos de trocas de experiências entre os professores. Analisando as respostas dos professores, todos afirmaram que “*sim*”. Nesse sentido, pode-se afirmar que o gestor como gerente do processo educacional, percebe que o ambiente educacional, é um espaço propício a construção de práticas coletivas. De acordo com Araújo (2009, p. 20) a gestão escolar democrática tem a função de:

[...] possibilitar que todos os seres envolvidos na instituição possam exercer com maior assertividade sua cidadania, se relacionar melhor e alcançar a liberdade de expressão, por que cada um dos envolvidos carrega em si um conhecimento, que é único e que pode ser somado ao do seu colega e, no caso, por se tratar de escola, aos alunos. Essa troca faz com que a cada dia os envolvidos incorporem mais conhecimentos, sejam eles formais ou informais, tornando-os mais responsáveis, autônomos e criativos.

O papel do gestor da escola perpassa dessa forma, por questões relacionadas a uma gestão mais democrática que ressalta o espírito de liderança em suas ações. Por isso, sua atuação deve destacar as virtudes essenciais para garantir um ambiente escolar mais humano, colaborativo e produtivo.

4.4.1 Estímulos da escola voltados às provas externas

O desenvolvimento do ser humano sempre teve atrelado a comparações de medidas, padrões e comportamentos, dessa forma, somos avaliados constantemente por nossas ações e atos.

Ao nascer o sujeito é avaliado seguindo padrões existentes. Quando se inicia o processo de desenvolvimento humano o indivíduo é envolvido no laço familiar, de onde surgem geralmente os primeiros comparativos de desempenho e comportamento entre os parentes e até mesmo entre vizinhos.

Quando esse indivíduo ingressa na escola a avaliação continua, mas com outro objetivo, o de verificar a sua aprendizagem.

Sendo o principal objetivo da aprendizagem, a avaliação tem a função de levar o professor a refletir se os objetivos propostos foram ou não alcançados. Por outro, o resultado dessa reflexão, assume dois propósitos que são: identificar quais foram às causas que levaram ou não os estudantes a obterem determinada nota e o outro é determinar as ações que podem ser implementadas para melhorar o aprendizado do educando.

É relevante saber que o papel da avaliação é o de verificar, levantar e elaborar metodologias que visem um aprendizado satisfatório, isso porque, “não basta identificar

que o aluno não sabe, ou rotulá-lo como aluno fraco, é necessário saber o que cada um não sabe e em que ponto estão aqueles que conseguem acompanhar de forma satisfatória o que está sendo trabalhado” (Melchior, 1998, p. 74).

É preciso motivar os estudantes a serem protagonistas do seu saber, e isso se dá nas práticas avaliativas que tenha a finalidade de mostrar ao estudante que apesar do erro, ele pode sim aprender com ele. Nessa perspectiva, o estudante precisa ser estimulado nas suas dificuldades, principalmente para poder obter um bom desempenho nas avaliações externas que o Brasil aplica. Pensado nesse contexto, lançou-se aos professores o seguinte questionamento: **Que estímulos à escola oferece aos estudantes para que os mesmos obtenham bons resultados nas provas externas do governo federal?** (Entre as respostas, elencam-se as algumas que foram analisadas: *“aulões e simulados”*); *“estimulam a pesquisar, a estudar”*; *“atividades extraclasse, debates, leituras, trabalho em grupos”*; *“reforço escolar”*; *“apostilas, roda de leitura e premiações”*; *“festivais literários”*, no entanto para outro professor: *“não há política de estímulos para bons resultados em avaliações externas (Professor 8)”*, já o (Professor 17), cita que a motivação é cobrado ao professor e que a gestão fica apenas aguardando que os estudantes se saiam bem nas avaliações, *“à escola não oferece nenhum estímulo, os docentes é que são cobrados para estimular os estudantes, a equipe gestora só espera os bons resultados”*. É importante salientar que a escola como todo, precisa estimular seus estudantes a focar na sua aprendizagem, por meios de novas metodologias que os levem ao um bom resultado, mostrando que a pratica avaliativa não é um castigo, uma seleção, uma classificação, mas [...] um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas (Freitas, 2007, p.47).

Objetivo 3: Determinar as principais causas que levam os professores a não matricular (em) seu (s) filho (s) na escola pública;

4.4.2 A gestão escolar participativa e democrática

O sucesso de qualquer instituição seja ela de que ramo for é ter uma gestão participativa e acima de tudo democrática, na escola não é diferente. Na atualidade a gestão escolar é reconhecida, como um dos responsáveis pelo bom desempenho de uma escola.

Não é à toa que há várias discussões que aborda esse tema com o objetivo de discutir alguns conceitos existentes e outros que ao longo do tempo foram desconstruídos.

Se voltar-se há décadas passadas, observa-se que o gestor escolar era tido como um profissional centralizador das decisões, que comandava a escola, pautados em princípios rigorosos. Cabia a ele, resolver todos os problemas que afligiam a escola, inclusive de muitas vezes dificultar o trabalho docente. Era tida por alguns professores como o chefe. Com o crescimento industrial, a escola passa a ter uma maior demanda de estudantes, delegando a missão de prepará-los para competir no mercado de trabalho. Tal fato, fez a escola procurar pesquisar e se informar sobre outros modelos de gestar, para atender a essa demanda imposta pela expansão das indústrias.

Na busca de oferecer um trabalho condizente com os anseios desse modelo social, foram introduzidos na escola o modelo taylorismo/fordismo, que não trouxe resultados satisfatórios. Tendo esse sistema como modelo, a escola passou a ser considerada como um sistema fragmentado no qual o planejamento era feito por um pequeno grupo (supervisores, secretários e o gestor) e executado pelo professor. Assim, o poder decisório final estava nas mãos do diretor/gestor. Com o avanço das tecnologias e a inclusão de novos paradigmas educacionais, a gestão antidemocrática perde espaço, surgindo, uma gestão pautada nos princípios da autonomia, da liberdade de expressão e da participação coletiva. Como nos diz Paro (2001, p.72):

“A participação da comunidade na gestão de escola pública encontra um sem-número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aquele que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades”.

Sobre essa afirmação pode-se então conceber que a gestão democrática carrega em si o desafio de trazer um novo fazer pedagógico para dentro da escola e identificar todos os elementos envolvidos, como: professores, estudantes, pais, comunidade, conselho escolar, representante do grêmio estudantil para buscar um único objetivo que é a qualidade de ensino. Diante do exposto foi perguntado **aos professores se a gestão escolar promove uma gestão participativa e democrática?** Abaixo se segue os resultados.

Tabela 4: Gestão escolar participativa e democrática

Respostas	Quantidade
Uma vez por semana	04
Duas vezes por mês	16
Uma vez no bimestre	----
Duas vezes no bimestre	----
Uma vez ao ano	----
Total	20

Fonte: Elaborada pelo pesquisador

Analisando as respostas dos professores, das quais predominou que a gestão da escola em questão se apresenta “algumas vezes” de forma democrática e participativa colaborando com a concepção de Paro (2016), que ressalta que a mudança de uma prática antidemocrática, deve se dar se o “todo que compõe a escola estiver predisposto para tal”. Para o autor (Paro, 2016, p.15), “se quisermos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras”. Assim, se quisermos uma escola democrática parte não do gestor, mais do conjunto de seus atores. Democracia se constrói no dia a dia, na base do diálogo.

4.4.3 Dificuldades na execução da prática docente

Ser professor nunca foi uma tarefa fácil, principalmente nas últimas décadas, em que a indisciplina tem feito parte do contexto escolar. Aliado a isso, encontra-se também a questão da insegurança, entre outros problemas que tem afetado o fazer pedagógico dos professores. São problemas enfrentados pelas escolas de todo o país, principalmente na escola pública. Dentre outras dificuldades, destaca-se ainda: a falta de motivação e desinteresse dos estudantes, desestruturação da família, precárias condições de trabalho, que tem dificultado sistematicamente o trabalho docente. Guimarães (2006, p.90) já toca nessas questões, para o autor:

Sabemos que não é fácil, no Brasil, sobreviver dessa profissão (salários baixos, jornada extensa e condições materiais difíceis) nem, tampouco sobreviver nessa profissão, considerando o desgaste físico, emocional e cultural (pouco tempo e estímulo para se atualizar) a que os professores são,

em geral, expostos em sua trajetória profissional. Essa realidade torna-se bem mais explícita diante das recorrentes “novas exigências” criadas para cumprimento pelos professores. Nesse contexto, não é fácil o professor desenvolver uma imagem positiva da profissão docente. Mais difícil ainda se aos próprios cursos reforçarem essa imagem negativa do ser professor.

Além disso, o descaso dos governantes com os profissionais da educação, entre eles: plano de carreira que não atende as necessidades dos professores e desvalorização da profissão pela sociedade estão entre alguns entraves que confirmam o quanto é difícil a arte de ser um educador nesse país. Levando em consideração essas dificuldades todos esses problemas que assolam o espaço escolar Martins e Pereira (2002, p. 113), comentam que:

O que tem ocorrido é uma política de desvalorização do professor, prevalecendo às concepções que o consideram como um mero técnico reprodutor de conhecimentos, um monitor de programas pré-elaborados, um profissional desqualificado, colocando-se à mostra a ameaça de extinção do professor na forma atual. A realidade retrata uma carreira quase inexistente, com condições de trabalho aviltadas, pouca retribuição financeira e discutível reconhecimento social.

Embora o fazer pedagógico não tenha sua complexidade suavizada de uma modalidade de ensino para outro, ou seja, as dificuldades citadas persistem em todos os níveis de ensino, os obstáculos que se apresentam envolvem um conjunto de ações que precisam ser implementadas. Assim perguntou-se aos professores **quais eram as dificuldades que ele encontrava para a realização do trabalho docente?** Entre outros, a maioria do professor citou os seguintes aspectos: “*falta de interesse dos estudantes*”; “*incentivo da família*”; “*falta de incentivo do governo*”; “*falta de laboratório e motivação dos gestores*”; “*falta de materiais didáticos*”; “*indisciplina*”; Todos esses problemas são discursos que ultrapassam décadas. Parece que o sistema de ensino não consegue definir em conjunto com o governo políticas educacionais que revertam esse quadro.

Um fato que chamou atenção em algumas respostas dada foram as seguintes: “*lecionar fora da área de formação e cobranças externas*” (Professor 17 e Professor 10); “*o professor precisa aprender a ser psicólogo, pai, mãe, médico, conselheiro, pois os estudantes apresentam carências afetivas geradas por pais imaturos recaindo tudo isso na escola*” (Professor 11). Refletindo sobre essas respostas, é difícil acreditar que em pleno era onde a informação se dar deforma veloz, que ainda haja nos espaços da sala de aula,

professores ministrando aula sem formação adequada. É um grave problema que não precisaria ainda acontecer. Essa realidade vem ressaltar o que Gramsci (2004, p.44) afirma: “Se o corpo docente é deficiente e o nexa instrução-educação é abandonado, visando a resolver a questão do ensino de acordo com esquemas abstratos nos quais se exalta a educatividade, a obra do professor se tornará mais deficiente”.

A falta de planejamento e concursos poderia resolver tal problema, se as secretarias de educação tivessem a preocupação de selecionar professor de acordo com sua área de atuação ou quando não realizar concursos, certamente não teríamos professores lecionando com disciplina da qual não tem domínio.

Em relação às carências afetivas dos estudantes, são problemas recorrentes que seria desleal afirmar que seria resolvido. Esse fato sempre existiu e continuará a existir em toda a história do ser humano.

4.4.4 A participação da família no processo educativo

A família é o primeiro núcleo social no qual o ser humano é inserido. É ela quem vai dar condições ao indivíduo de construir seus modelos, de formar o caráter e de “aprender a ser” (Perrenoud, 2000), numa sociedade tão desigual. A família coloca-se como crivo entre todas as fases de vida do ser humano.

Nesse processo de individuação, que tem se observado na atual conjuntura social e política, a escola tem procurado a família para trabalhar em parceria, na formação de ser seu aprendiz, indivíduo esses, diferente, únicos nos seus gostos, no jeito de conceber as coisas, na forma como se relaciona com o mundo e no mundo, mais ao mesmo tempo iguais no direito a um ensino com qualidade. Entretanto para que essa transformação aconteça, é necessária a contribuição do núcleo familiar no qual o estudante se encontra inserido.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei 9.394/96 traduz o conceito de educação como sendo algo que vai além da educação formal, pois, acredita que é na família que o indivíduo forma seus principais valores, seus gostos, seus hábitos, dos quais a acompanharão para o resto de suas vidas, incluindo também o processo de socialização.

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organização da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Dentro da escola, é possível notar que quando a família participa efetivamente do processo educativo do filho, este responde de forma satisfatória em seu aprendizado, em suas atitudes.

Com o apoio da participação da família, os estudantes se sentem motivados, a estudar e vencer os desafios se sentem seguros e estimulados. Por isso a escola deve insistir para que a família cada vez mais adentre dentro dela, não para receber queixas, mais para colaborar com a educação dos filhos. Para isso, deverá criar estratégias que estimulem a família na participação dos filhos no âmbito escolar.

Sendo assim, algumas práticas que podem colaborar para a participação da família na escola é simples e precisa ser levado a sério, entre elas: criar encontros mensais com os pais; chamar os pais a participarem das atividades festivas que a escola realiza, além de colaborar na pintura da escolas, reparos de uma forma geral. São estratégias que poderão colaborar contribuir para a inserção da família na escola. Mas, o que se tem notado, de forma lamentável, é que os pais só tem vindo a escola, sempre no primeiro dia de aula do filho, ou quando é chamado para resolver problemas de aprendizagem e de comportamentos.

Quanto à elaboração do PPP, vale ressaltar que é apenas uma amostra dos pais que participa dessa elaboração e não a sua maioria, portanto não se pode afirmar que essa chamada é direcionada a todos. Por aconselha-se a escola a encontrar e estabelecer alternativas metodológicas e políticas educacionais que possa cada vez mais trazer a família para dentro do seu espaço. Dentro dessa perspectiva foi perguntado aos professores **se a família tem participado do processo de ensino aprendizagem dos estudantes?** Elencam-se no quadro abaixo as referentes respostas:

Tabela 5: Família X Escola

Respostas	Quantidade
Ativamente	---
Algumas vezes	19
Nunca	01
Total	20

Fonte: Elaborada pelo pesquisador

Ainda dentro desse contexto, perguntou-se se a **escola tem promovido momentos de participação dos pais com os professores?**

Tabela 6: Professores X família

Respostas	Quantidade
Constantemente	16
Algumas vezes	03
Nunca	01
Total	20

Fonte: Elaborada pelo pesquisador

Diante do atual cenário, frente à educação brasileira e todo o contexto social, a participação da família, tem se tornado um elemento imprescindível nas discussões em torno da aprendizagem. Analisando a fala dos professores observa-se que a escola em questão ainda não tem tido a preocupação efetiva de inserir a família na escola. É um fato que acontece em grande parte das escolas brasileiras públicas, diferentemente das escolas privadas, em que a presença dos pais é um fator constante. Acredita-se que o grande diferencial entre a escola pública e a privada é a participação da família. De acordo com a LDB, um dos princípios e fins da educação é:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento de educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os pais da escola privada, de certa forma, são forçados a participar da educação dos filhos, porque sabem que estão pagando por “essa educação”, e precisam verificar se o seu investimento está tendo retorno. Contudo, na escola pública, os investimentos também são dos pais e se dá a partir do momento que ele compra algo, desde um objeto barato até o mais caro, pois os impostos que são cobrados nas mercadorias são revertidos e aplicados na educação pública. Por falta de informação (papel da escola), a família permanece acreditando que a escola pública quem paga é o governo.

Vale ressaltar que a função de educar não deve ser entendida, como um trabalho que se limitado à escola, mas também a família. Contudo reconhece-se que interligar estes dois contextos torna-se uma tarefa crucial para o estabelecimento de políticas e implementação de programas educacionais.

Buscando apoio em Chechia e Andrade (2002, p. 1) sobre a participação da família no processo educativo, eles apontam que: “o diálogo entre a família e a escola, tende a

colaborar para um equilíbrio no desempenho escolar, o que é possível considerar que a criança e os pais trazem consigo uma ligação íntima com o desempenho”.

Objetivo 4: Interpretar a opinião dos professores sobre o conceito de educação de qualidade.

4.5 Mudança nas práticas da escola para uma educação com mais qualidade

Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do atual momento que se tem vivido, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel, a qual exige um novo tipo de indivíduo, polivalente, reflexivo, crítico, capaz de “aprender a fazer” (Perrenoud, 2000), para atender as demandas do mundo globalizado. Espera-se que a função da escola nesse contexto, é desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício da autonomia, construção da cidadania. Para isso, ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais, primando para a oferta de uma educação com mais qualidade voltado à formação de indivíduos capazes de opinar e intervir nos problemas sociais que atingem a sociedade como todo.

Se a escola conseguir atingir esse objetivo, certamente estará no caminho de uma mudança que a própria sociedade almeja. Isso porque segundo Freire (2002, p. 77-78), a educação é um ato político “[...] toda prática educativa demanda a existências de sujeitos, um que ensinando aprende outro que, ensinando aprende, [...] Dai a sua politicidade, que toda prática educativa deve ser. O autor nos afirma que a educação é ideológica porque sempre está aberta a inserir os outros que chegam, com ideologias diferenciadas.

Sendo assim, o compromisso do professor nessa era globalizada na qual a escola está inserida, vai muito além do que repassar conteúdos, mais preparar os educandos a viver numa sociedade capitalista e individualista, sendo ele partícipe do seu grupo afetivamente, apropriando-se de valores, crenças, conhecimentos acadêmicos e referenciais sócio históricos. “Os professores devem trabalhar com seus alunos não só para ajudá-los a desenvolverem habilidades, procedimentos, estratégias para coletar e selecionar informações, mas, sobretudo, para ajudá-los a desenvolverem conceitos” (Cortelazzo e Romanowski, 2006, p.18). Nessa ótica, na expectativa de atingir o objetivo elencado questionou-se aos professores **o que poderia ser modificado na escola, para poder se oferecer uma educação pública com maior qualidade?**

Segundo os docentes são inúmeros os fatores que podem ser modificados seriam: “*parar de aprovar alunos, sem condições de avançar para outro nível*”; “*introduzir outros*

métodos mais rígidos aos alunos, porém motivadores”; *“cursos preparatórios para os professores*”; *“seleção de alunos por idade*”; *oferecer aos alunos indisciplinados e desinteressados estímulos*”; *“disponibilidade de materiais didáticos; espaços físicos adequados*”; *“reformulação do currículo*”; *“deixar de focar em números e centralizar-se na vida social e real dos estudantes*”; *“modificar a mentalidade de alguns professores que reclamam de tudo e fazem pouco*”; *“incentivos ao professor*”. São muitas as mudanças apontadas pelo professor, que como ponto de partida, para resolvê-los caberá que cada um faça a sua parte: governo, escola e o próprio professor. Realmente há professor que insatisfeito com a profissão, costuma encontrar problemas em tudo o que o rodeia, todavia, nada faz para modificar a sua ação enquanto participante desse contexto.

Em relação à questão da “aprovação e reprovação” é uma situação enfrentada pelos professores que muitas vezes são obrigados a aprovar o estudante, mesmo sem esse, ter adquirido as competências mínimas para a sua aprovação. De olho no IDEB, a maioria da escola de alguma forma impõe ao professor que aprove, pois necessita aumentar as metas estabelecidas em seus projetos, elevando assim o número de aprovação dos estudantes. Contudo, Aguiar, Brito e Tenório (2012, p.2), alertam que:

Frente a esse cenário, muitos têm sido os desafios para a promoção de uma educação incluyente, de uma “educação como direito”, capaz de tornar a avaliação um exercício participativo e dialógico com as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos envolvidos no processo, considerando inclusive a perspectiva dos estudantes, conforme o tratamento que será dado mais adiante. A racionalidade que tem orientado os processos de avaliação do ensino-aprendizagem é muito resistente às mudanças e tende a permanecer a mesma nas escolas, em que se prioriza um “aproveitamento escolar mensurado em notas [...]”.

No embaralhado de problemas nos quais a escola vem sendo bombardeada, e que tem contribuído para uma ação docente ainda precária, caberá segundo o Professor (19), *“investir nas estruturas físicas das escolas e qualificar seus professores*” e a escola *“deixar de pensar apenas no aspecto quantitativo de índices e focar na qualidade e valorização do ensino aprendizagem*” (Professor 2). Por enquanto as mudanças não ocorrem, o professor continua a realizar uma prática educativa ainda insuficiente, para que se diga que a escola em questão tenha uma boa educação.

4.5.1 A contribuição da escola para os estudantes com dificuldades e aprendizagem

Muitos são os problemas que tem levado alguns estudantes a obterem pouco desempenho na sua aprendizagem, entre eles pode se citar: problemas familiares; falta de rotina familiar; falecimento de alguém próximo; mudança de residência ou escola; medicações; insônia e até mesmo a não interação com a classe. Muitas vezes, esses estudantes são retidos no mesmo ano elevando ainda mais o número de alunos reprovados no sistema de ensino. Para Jacomini (2009), a escola que só consegue ensinar e aprovar apenas uma parcela de seus alunos, ela atua como apologia ao paradigma da “educação como privilégio”. Sendo assim, os alunos que aprendem avançam para outra turma, enquanto aqueles que ficaram no caminho apresentando dificuldades na sua aprendizagem são colocados no ano seguinte em turmas de estudantes repetentes, em detrimento do seu insucesso escolar.

Para Carneiro, Martinelli e Sisto (2003, p. 153), são vários os problemas que podem promover o fracasso dos estudantes na escola. Para eles: “Dentre as situações externas mais arroladas, podemos citar as causas de ordem socioeconômica das famílias dos estudantes, acarretando a necessidade do trabalho infantil, e as causas de ordem sócio institucional [...]”.

Sendo o papel da escola, está atento às essas questões, deve sim, buscar caminhos para auxiliar esse estudante a melhorar a sua aprendizagem e não retê-los. Defende-se aqui que a meta de uma educação para todos, não é reprovar, mas criar condições favoráveis para que todos aprendam. A esse respeito perguntou-se aos professores, **o que a escola tem feito, para minimizar as dificuldades de aprendizagem que alguns estudantes apresentam?** A maioria dos professores relatou o seguinte: “*tem trabalhado com projetos de intervenção, incentivando a leitura e a pesquisa e o reforço em português e matemática*”.

Por outro lado o Professor (02) cita que a escola deve “*pressionar os professores*” enquanto isso o Professor (09) cita que: “*a escola muitas vezes cansa diante da falta de interesse dos pais e alunos, diante disso, a escola faz pouco, a verdade é que se finge que ensina para se ter melhores índices das avaliações diagnosticas*”.

Entre tantos papéis atribuídos à escola, é de extrema importância que se ela comece a dar mais atenção aos anseios do professor, sobre os problemas que norteiam a prática docente, tendo em vista que, o professor sozinho não pode assumir todas as responsabilidades em relação às aprendizagens dos estudantes, mesmo compreendendo que a escola é o conjunto do todo. Os professores e a escola devem ser concebidos como parceiros insubstituíveis no tocante as responsabilidades de ofertar da melhor forma

possível um aprendizado pautado na eficiência do estudo para milhares de estudantes brasileiros, unindo esforços, partilhando objetivos, reconhecendo a existência de um mesmo bem comum para os alunos.

5 CONCLUSÕES

Diante do estudo desenvolvido e com a análise dos dados, percebemos que os objetivos e a pergunta que deram origem a essa pesquisa, foram atingidos.

Este estudo procurou compreender quais concepções os professores que lecionam no ensino médio na Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra-Machados-PE-Brasil, possuíam em relação à “educação de qualidade” e esclarecer porque esses professores não matriculavam seus filhos na Escola Pública.

Os resultados obtidos foram expressivos para essa pesquisa e para o Sistema de Educação do Estado de Pernambuco, dos quais poderão utilizá-los como suporte para novas pesquisas abordando essa mesma temática.

Ponderando todos os fatos apontados na realização desse estudo, entre eles: concepções, motivações, mudanças de paradigmas, utilização das tecnologias educacionais; dificuldades e facilidades na ação pedagógica para uma oferta da educação com maior qualidade, deu-se a oportunidade de realizar uma análise criteriosa conduzida por uma reflexão crítica tendo como base uma pesquisa empírica.

A partir do que foi debatido, percebemos que as concepções que os professores possuem em relação à Educação de Qualidade se resumem no investimento público na formação do professor, na compra de materiais didáticos e a participação da família no processo educativo e a falta de habilidades tecnológicas. São fatores que a escola sozinha não poderá resolver, pois depende também do papel do governo, da escola e do próprio professor.

Os problemas apontados pelos professores que tem colaborado para uma baixa qualidade na educação pública contribuem para que os professores desacreditem na escola pública, favorecendo a escola privada.

Os resultados refletem-se como cenário nacional como uma educação que ainda não está pautada nos princípios da autonomia, da liberdade e da reflexão crítica dos estudantes. Assim podemos ressaltar que há necessidade de gerar debates, dos quais surjam novas propostas de melhoria da qualidade da educação pública, afinal de contas esse é o clamor de toda a sociedade.

O tratamento dado às escolas públicas pelos governantes tem contribuído para que os filhos das pessoas mais afortunadas não se matriculem nelas, por entender que o ensino ministrado não é de boa qualidade. No entanto essa concepção nem sempre é verdadeira, há instituições de ensino público, que tem se esforçado e apresentado um bom desempenho

nas aprendizagens dos estudantes, e essa concepção precisa ser repensada porque dentro do ambiente escolar público, há espaço para transformações do modo de se fazer “educação.”.

É sabido que, frente ao mundo informatizado e globalizado, o papel da escola é o de preparar seus aprendentes a viver nessa nova realidade social e também para ser um profissional gabaritado no mercado de trabalho. Contudo, ainda não tem se percebido grandes mudanças a esse respeito pelo professor, que desprovido de uma boa formação acadêmica, e às vezes por pura acomodação, permanece a exercer uma prática pedagógica voltada aos modelos tradicionais.

A falta de materiais didáticos apontado nessa pesquisa é um fator recorrente em grande parte das escolas, contudo, muitas vezes a escola até os disponibiliza e os professores não os utilizam. Talvez esse fato se dê, pela falta de tempo para preparar sua aula, inserindo os materiais didáticos disponíveis, ou pela descrença de que esses, não fará grande diferença no seu “fazer”.

Vale salientar que para alcançar uma educação com qualidade necessariamente não perpassa pela falta de materiais didáticos, pois na natureza, tem-se muitos materiais recicláveis que oferece uma série de vantagens em relação aos comprados nas lojas, mas depende muito “do querer” do professor.

Em relação à participação da família no processo educativo, é um problema social que requer políticas de inclusão dos pais ou responsável pelos estudantes na escola. Entre essas, o diálogo, a cooperação e a valorização desse segmento.

Concluimos neste contexto que a escola pública precisa mudar suas práticas, seu papel, sua forma de conceber a educação, para que os professores possam enfim, inserir seus filhos dentro dela, na perspectiva de que a educação ofertada dê continuidade ao preparo para a vida como ser autônomo consciente de seu papel na sociedade.

Ainda dentro do contexto desta pesquisa, é importante enfatizar que a educação pública brasileira precisa redirecionar suas práticas, estimular o professor a estudar, a pesquisar, dando-lhes condições para isso. Pois, trabalhar como professor numa sociedade de mudanças muito rápidas requer o aprimoramento constante do sua formação.

Assim respondendo o objetivo 1 - Descrever acerca do ponto de vista dos professores no que se refere à Educação de qualidade.

Concluimos que os professores possuem a concepção de que uma educação com qualidade é aquela em que há promoção para o desenvolvimento integral do estudante favorecendo o desenvolvimento de suas habilidades para preparar a viver no mundo e que exista a troca de conhecimento entre professores e alunos. Os professores conhecendo as

realidades das escolas públicas, são conscientes que esse anseio, depende de um conjunto de ações por parte do governo, do compromisso da escola e o compromisso dos próprios professores.

Analisando a proposta do objetivo 2 que foi constatar se a escola tem propiciado ao professor momentos para trocas de experiências para a promoção de uma educação de qualidade

Apontam que a escola esporadicamente tem oportunizado momentos para trocas de diálogo entre eles, talvez esse fato se dê, pelo fato dela não ter encontrado soluções que contemple tanto o aluno como o professor.

A falta de professores na escola (realidade constante nas escolas públicas) aliada à falta de pessoal administrativo pode ser um dos causadores desse problema.

No que se refere ao objetivo 3 que foi: Determinar as principais causas que levam os professores a não matricularem seu(s) filho(s) na escola pública.

Chegou-se a conclusão de que os professores compreendem a precariedade na qual se encontra a escola pública, dos desafios que a mesma ainda precisa vencer. Acreditam que para um ensino de qualidade, o Brasil precisará investir em políticas educacionais, mas também enfatizam que os professores precisam se empenhar para melhorar a sua prática.

No que diz respeito ao objetivo 4, que foi interpretar a opinião dos professores sobre o conceito de educação de qualidade. Conclui-se que são muitos desafios postos a escola e comungam que essa, precisar estimular-se os estudantes a estudar por meio de dispositivos que favoreçam um melhor aprendizado. Compreendem que uma Educação com Qualidade é possível, contudo demanda de investimentos de todos que fazem a educação, sobretudo da participação ativa da família. Salientam que o Sistema de Ensino precisa pensar na qualidade do ensino e não na quantidade de estudantes que são aprovados anualmente.

Por último, a pesquisa aponta para a elaboração e reformulação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da escola pública de qualidade, comprometida com o desenvolvimento dos indivíduos portadores de direitos, enquanto ser histórico e emancipado.

Pode-se também interpretar que, a utilização das tecnologias de ensino, ainda não tem sido um constante no processo educativo da escola pesquisada. Porém, compreende-se que negar esses recursos aos estudantes, é uma forma clara de se compreender que a preparação para esses, atuarem no mercado de trabalho de “modo igual” está comprometida.

PROPOSTAS

Considerando os resultados alcançados com a realização da pesquisa e por confirmar algumas situações que são essenciais ter a apreciação dos docentes, recomenda-se, para futuros estudos que a Escola Pública deve focar no que propõe as diretrizes educacionais, guiadas por um planejamento estratégico com metas bem detalhadas, além de promover a avaliação periódica de resultados. Paralelamente, é preciso criar mecanismos que favoreçam a entrada da família na escola consolidando dessa forma, uma rede de relacionamentos que, por meio da colaboração, descubra novos caminhos para a educação que se almeja.

Propõe-se que sejam oportunizados políticas de formação para os professores voltados quanto ao uso das tecnologias de ensino, primando para a formação e fortalecimento de um estudante ativo e crítico diante de uma sociedade. Visto, pois, que entender os mecanismos que movimentam a sistema de ensino e intervir nesse contexto, é primordial para se ter uma melhor escola pública.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, W.J. De; Brito, R.A. de; e Tenório, A.C. (2012). *Reprovação escolar e implicações para a promoção de uma educação como direito*. VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão SE-Brasil.
- Almeida, M.E. (2000). *Informática e formação de professores*. Brasília: Ministério da Educação.
- _____. (2004). *O educador no ambiente virtual: concepções, práticas e desafios*. Fórum de Educadores. São Paulo: SENAC.
- Alonso, M. (1998). *O papel do diretor na administração escolar*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.
- Alves, N. (Org.). (2001). *Formação de professores: pensar e fazer*. São Paulo: Cortez.
- Araújo, M.C.M. (2009). *Gestão escolar*. Curitiba: IESDE.
- Bavaresco, I.; e Roque, J.A. (2012). *Gestão democrática e participação dos docentes*. Unesco & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 3, n. 2, p. 141-152.
- Blasis E.; Falsarella A.M.; e Alavarse, O.M. (2013). *Avaliação e Aprendizagem: Avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino*. Coordenação Eloisa de Blasis, Patricia Mota Guedes. – São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 48p.
- Borba, M.C.; e Penteadó, M.G.(2001). *Informática e Educação Matemática-coleção tendências em Educação Matemática*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Brandão, C.R. (2002). *A educação popular na escola cidadã*. São Paulo: Editora Vozes.
- Brasil. (1988). *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.
- _____. (1996). Senado Federal. *Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394, 20 de dezembro*. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas
- _____. (1997). *Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN*. Brasília: MEC; SEF.
- _____. (2011). *Projeto de Lei PNE - Portal Planalto - Presidência da República*. Brasília.
- Campoy, T.J. (2016). *Metodología de la Investigación científica: Manual para Elaboración de Tesis y Trabajos de Investigación*. Assunción, Paraguay: Ed. Marben.
- Carneiro, G.R. da S.; Martinelli, S.; e Sisto, M. (2003). *Autoconceito e dificuldades de aprendizagem na escrita*. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2003, vol.16, no.3, p.427-434.

- Chechia, V.A.; e Andrade, A. dos S. (2002). *Representação dos pais sobre a escola e o desempenho escolar dos filhos*. Disponível em: <http://stoa.usp.br/antandras/files/318/1470/represent_pais.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2018.
- Cortelazzo, I.B.; e Romanowski, J.P. (2006). *Pesquisa e Prática Profissional – Materiais Didáticos*. Curitiba: IBPEX, 2006.
- Dourado, L.F. (Orgs). (2007). *A qualidade da educação: conceitos e definições = The quality of education: concepts and definitions/Luiz Fernando Dourado (Coordenador), João Ferreira de Oliveira, Catarina de Almeida Santos*. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 65 p. (Série Documental).
- Dourado, L.F.; Oliveira J.F.de. (2009). *A qualidade da educação: perspectivas e desafios*. Cad. Cedes, vol.29,n.78, p.201-215. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200004. Acesso em: 08 de abril de 2018
- Formosinho, J. (1991). *Formação contínua de professores: Realidades e perspectivas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Freitas, D.N.T. (2007). *Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar*. Educação e Sociedade v.28, n.99, p.501-521.
- Freitas L. José de. Santos, Z. M. M. de L. (2018) *As avaliações externas do estado de Pernambuco: resultados e paradoxos*. V Congresso Nacional de Educação. Olinda - PE de 17 a 20 de Outubro.
- Freire, P. (2002). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gadotti, M.(2010). *Qualidade na educação: uma nova abordagem*. Instituto Paulo Freire; 5/Série Cadernos de Formação. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.
- Gil, A.C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- _____. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Gramsci, A. (2004). *Cadernos do cárcere*, volume 2. 3^a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Guimarães, W.S. (2006). *Formação de professores: Saberes, identidade e profissão*. 3.ºed. São Paulo: Papiros.
- Haydt. R.C. (2008). *Avaliação do processo de Ensino-Aprendizagem*. 6 ed. São Paulo: Editora Ática.
- Hoffmann, J. (2004). *Avaliação Mito & Desafio: uma perspectiva construtivista*. 34. ed. Porto Alegre: Mediação.
- INEP, ENADE. (2017). *Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível m

http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-enade-2017-e-indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/21206. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

- Kalinke, M.A. (1999). *Para não ser um professor do século passado*. Curitiba: Gráfica Expoente.
- Kenski, V.M. (2007). *Educação e Tecnologias: O novo ritmo da Informação*. 6. ed. São Paulo: Papirus.
- _____. (2001). *O papel do professor na sociedade digital*. In: Castro, A.D. de; Carvalho, A.M.P. de (org.). *Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.
- Jacomini, M.A. (2009). *Reprovação escolar na opinião dos pais: um estudo sobre os ciclos e a progressão continuada na Rede Municipal de Ensino de São Paulo*. SP. Tese de Doutorado.
- Jordão, T.C. (2009). *Formação de educadores: a formação do professor para a educação em um mundo digital*. In: *Tecnologias digitais na educação*. Disponível em <http://novoensinomedio.mec.gov.br/?fbclid=IwAR2F8SCzf26Mp60Zgoh1sILYXtL6uwoOy4hLOKdl7RSKGwu05HiDNkF8kdw#!/pagina-inicial>. Acesso em 12 de dez. 2108.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, .
- Leite, L.S. (Coord.). (2003). *Tecnologia educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula*. Petrópolis: Vozes.
- Libâneo, J.C. (2004). *Organização e gestão da escola: Teoria e prática*. Brasília Ed. Alternativa.
- _____. (2005). *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Papirus.
- _____. (2015). *Licenciatura em Pedagogia: a ausência dos conteúdos específicos do ensino fundamental*. São Paulo: UNESP.
- Lima, L.C. (2002). *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. 2 ed. São Paulo: Cortez.
- Lopes, A.R.L. (2009). *Aprendizagem da docência em matemática*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo.
- Luckesi, C.C. (2001). *Avaliação da Aprendizagem: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez.
- _____. (2003). *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática*. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos.

- Ludke, M.; e André, M.E.D. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Magedanz, A.; Herber, J.; Silva, M.C. de A. (2016). *Destaques Acadêmicos*. Lajeado, v. 8, n. 4, p. 8-20.
- Martins, Z.I.; e Pereira, L.L. (2002). *A identidade e a crise do profissional docente*. In: I. Brzezinski (Org.). *Profissão professor: identidade e profissionalização docente* (p. 113-132). Brasília: Plano.
- Melchior, M.C. (1998). *O sucesso escolar através da avaliação e da recuperação*. Novo Hamburgo: sed.
- Méndez, J.M.À. (2002). *Avaliar para Conhecer, Examinar para Excluir*. Tradução Magda Schwartzhaupt Chaves. Porto Alegre: Artmed.
- Moran, J.M. (2000). *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. São Paulo: Papirus.
- Morin, E. (2006). *Introdução ao Pensamento Complexo*. Tradução do francês: Eliane Lisboa - Porto Alegre: Ed. Sulina. 120 p.
- Moura, R.(2009). *Tecnologia da Informação e Educação*. Publicidade. Disponível : <http://www.algosobre.com.br/educacao/tecnologia-da-informacao-e-educacao.html>. Acesso 30/12/2018.
- Nóvoa, A. (1995). *Vidas de Professores*. 2. ed., Porto: Editora, Porto.
- Paro, V.H. (1996). *Eleição de Diretores: A escola pública experimenta a democracia*. Campinas: Papirus.
- _____. (1997). *Gestão democrática da escola pública*. Ática: São Paulo.
- _____. (2001). *Gestão Democrática da Escola Pública: Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública*. Coleção Educação em Ação. São Paulo: Ática.
- _____. (2016). *Administração escolar: introdução crítica*. 14 ed. São Paulo: Cortez.
- Peña, M. de L.D.J. (2004). *Ambientes de aprendizagem virtual: O desafio á prática docentes*. In: I Fórum de Educadores – Educador Virtual. São Paulo. I Fórum de Educadores – Educador Virtual. São Paulo: SENAC.
- Perrenoud, P. (2000). *Dez Novas Competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed.
- Piletti, N. (1999). *Psicologia Educacional*. São Paulo: Ática.
- Prodanov, C. C.; Freitas, E.C. de (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª. ed. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul - Brasil: Feevale.

- Ramos, A.T.A. (org.) (2009). Os desafios da Família nos Processos de Socialização Escolar. *Revista Pedagógica*, nº 52, p.32-35.
- Resnick, M. (2006). *Repensando o Aprendizado na Era Digital*. In: Workshop: Scratch e Cricket: Novos ambientes de aprendizagem e de criatividade Bradesco Instituto de Tecnologia. Campinas: Disponível em: <https://ilk.media.mit.edu/papers/rethinkport.doc>. Acesso em: 16 de jul. 2018.
- Rezende, F. (2002). *As novas tecnologias na prática pedagógica sob a perspectiva construtivista*. Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências Volume 02/Número 1 – Março. Disponível em: www.fae.ufmg.br/ensaio/v2n1/flavia.PDF. Acesso em: 09 de set. de 2018.
- Sampieri, R.H.; Collado, C.H.; e Lucio, P.B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. 3ª edição. São Paulo. McGraw-Hill.
- Santos, J.G. (2008). *História da avaliação: do exame à avaliação diagnóstica*. V Semana Acadêmica da UFU. São Paulo: Ática.
- Silveira, C.L.A. da; e Ferron, A.(2012). *Reflexões sobre a avaliação externa no contexto de uma rede municipal de ensino: elemento para pontuar a qualidade na educação*. IX ANPED SUL. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.
- Souza. M.E. do P. (2009). *Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar*. Programa de Desenvolvimento Educacional PDE. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>. Acesso em 06 de jan./19.
- Tancredi, R.M.S.P. (1998). *Globalização, qualidade de ensino e formação docente*. Ciênc. educ. (Bauru) vol.5 no. 2 Bauru.
- Tardif, M. (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. São Paulo: Editora Vozes Limitada.
- Távora, M.T. (2003). Evolução e crescimento de pais e filhos: Mudanças necessárias nessa relação. *PSICO* 34(1), 23-38.
- Tedesco. J.C. (Orgs.)(2004). *Educação e novas tecnologias*. Tradução de Claudia Berliner, Silvana Cobucci Leite. São Paulo. Cortez.
- Tiba, I. (1996). *Disciplina, limite na medida certa*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Gente.
- Vieira P. (2005). *Conceito de Tecnologia*. v.1.Rio de Janeiro. Contraponto.
- Veiga, I.P.A. (1997). *Inovações e projeto político-pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória?* *Revista Educação e Sociedade*, v. 23, n. 61, p. 267-281.
- _____. (2007). *Perspectivas para reflexão em torno do projeto político pedagógico*. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro; Resende, Lúcia Maria Gonçalves de. *Escola: espaço do projeto político pedagógico* (p. 9-32). 12. ed. São Paulo: Papirus.

APÊNDICES

APÊNDICE 01



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN DIRECCIÓN INVESTIGACIÓN QUESTIONÁRIO DE TESIS DE MAESTRIA

Esta pesquisa será realizada por um aluno da Universidade Autónoma de Assunção para colher dados que possam contribuir para a confecção do trabalho final, o qual dará oportunidade de defender a Dissertação de Mestrado em Ciência da Educação:

DOCENTE

Objetivo 1: Descrever acerca do ponto de vista dos professores no que se refere a Educação de qualidade.

1. Idade:

21 a 25 anos 26 a 30 ano 31 a 35 anos Acima dos 35 anos

2. Sexo:

Home Mulher

3. Titulação:

Graduação Especialista Mestre Doutor

4. Tempo de docência:

2 a 5 anos 6 a 9 anos 10 a 13 anos Acima dos 13 anos

5. Quantidade (s) de filho (s):

não tenho de 1 a 3 filhos acima de 3 filhos

6. O que você entende por Educação de Qualidade?

7. Na sua opinião o que leva a maioria dos professores a não matricular(em) seu(s) filho (s) na escola pública?

8. Qual (s) determinante (s) impossibilita (m) a escola pública em oferecer um ensino de melhor qualidade?

Objetivo 2: Constatar se a escola tem propiciado ao professor momentos para trocas de experiências para a promoção de uma educação de qualidade.

9. A gestão escolar tem promovido em *locus* momentos de trocas de experiências entre os professores?

10. Que estímulos à escola oferece aos estudantes para que os mesmos obtenham bons resultados nas provas externas do governo federal?

Objetivo 3: Determinar as principais causas que levam os professores a não matricularem seu (s) filhos (s) na escola pública.

11. A gestão escolar promove uma gestão participativa e democrática?

- Uma vez por semana Duas vezes por mês Uma vez no bimestre
 Duas vezes no bimestre Uma vez ao ano

12. Que (s) dificuldades você encontra na escola para realizar seu trabalho como docente?

13. A família tem participado do processo de ensino aprendizagem dos estudantes?

- ativamente algumas vezes nunca

14. A escola tem promovido momentos de participação dos pais com os professores?

() constantemente () algumas vezes () nunca

Objetivo 4: Avaliar a opinião dos professores sobre o conceito de educação de qualidade

15. Para você o que poderia ser modificado na escola, para poder se oferecer uma educação pública com maior qualidade?

16. O que a escola tem feito, para minimizar as dificuldades de aprendizagens que alguns estudantes apresentam?

Obrigado pela sua participação!!!!

APENDICE 02**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – DOCENTES**

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Contém explicações sobre a pesquisa: **“CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PELOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO”**, que você está sendo convidado (a) a participar. Antes de decidir participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. No final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. O pesquisador responsável pela pesquisa responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

INFORMAÇÕES GERAIS:

- 1) Você está sendo convidado(a) a participar por se enquadrar nos critérios de inclusão: ser Professor(a) que leciona na Escola Estadual de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra - Machados- PE.
- 2) O objetivo desta pesquisa é: Investigar as concepções dos professores da Escola Estadual de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra em Machados – PE em relação à Educação de Qualidade.
- 3) A importância desse estudo é analisar a opinião dos professores sobre educação de qualidade.
- 4) O resultado que se deseja alcançar com esse estudo é relacionar algumas variáveis que levam os professores a não matricular(em) seu(s) filho(s) na escola pública;
- 5) O estudo começará em agosto de 2018 e terminará em setembro de 2018.
- 6) A sua participação consiste exclusivamente em responder a um questionário sem necessidade de identificação, colocando apenas sexo e idade.
- 7) Os benefícios que você deverá esperar com sua participação, mesmo que não diretamente, será a possibilidade de contribuir para futuras pesquisas relacionadas a essa temática.
- 8) A participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.

9) Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, serão expostos apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

10) Você receberá uma via assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Eu, _____,
Professor(a) da Escola Estadual de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra- Machados -PE, finalmente, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no estudo intitulado “, **CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PELOS PROFESSORES DA ESCOLA DO ENSINO MÉDIO**”, sendo convidado (a) a participar. Antes de decidir participar (de livre e), estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu **DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.**

Endereço do(a) participante-voluntário(o, a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Endereço da Pesquisadora (OBRIGATÓRIO):

Nome: Marcos Antonio Barbosa

Endereço: Rua João Paulino e Luna, 345

Cidade: Machados- PE, CEP: 55.740-000

Telefones p/contato: (81) 986290950

E-mail: Instituição: Universidade Autônoma de Asunción-PY

Machados _____ de _____ de 2019.

APÊNDICE 3



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A REALIZAÇÃO DE
PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA

Prezado Ilmo. _____

Solicitamos autorização para realização do projeto de pesquisa intitulado: **CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PELOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO** de autoria do Mestrando **Marcos Antonio Barbosa** que é orientado pelo professor **Prof. Dr. Daniel González González** em sua instituição. Este projeto tem como objetivo: Investigar as concepções dos professores da Escola de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra em Machados – PE em relação à Educação de Qualidade. Os procedimentos adotados serão os de aplicação de questionários aos professores das disciplinas do currículo escolar do ensino médio.

Marcos Antonio Barbosa

Pesquisador

APENDICE Nº 04



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO

Ilustre Doutor (a)

Este formulário destina-se à validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo da Tese de Mestrado em Ciências da Educação na Universidade Autónoma de Assunção – Paraguai, intitulada: **CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PELOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO**. Com o objetivo geral de Investigar as concepções dos professores da Escola Estadual de Referência em Ensino Médio Severino de Andrade Guerra em Machados – PE em relação à Educação de Qualidade. E com os objetivos específicos: Identificar as concepções que os professores possuem sobre Educação de qualidade; Analisar a opinião dos professores sobre educação de qualidade; Verificar se a escola tem propiciado ao professor momentos para trocas de experiências para a promoção de uma educação de qualidade; Relacionar algumas variáveis que levam os professores a não matricular(em) seu(s) filho(s) na escola pública; Para tanto, solicito sua atenção no sentido de avaliar e validar tal instrumento, verificando a adequação do mesmo às questões formuladas e aos objetivos constantes do projeto, bem como a coerência e a clareza na construção dessas questões. A sua concordância ou não deverá ser marcada com um (x) na coluna correspondente, caso haja dúvida utilize o campo de observação para suas considerações. Antecipadamente, agradeço sua atenção e contribuição na avaliação e validação deste instrumento de pesquisa. Para a sua participação voluntária o (a) Doutor (a) deverá assinar este documento.

Assinatura do avaliador (a): _____

Atenciosamente: _____

Questões	(1) Coerência	(2) Clareza
----------	---------------	-------------

Questionário para os professores	Sim	Não	Observação	Sim	Não	Observação
1. Idade: <input type="checkbox"/> 21 a 25 anos <input type="checkbox"/> 26 a 30 ano <input type="checkbox"/> 31 a 35 anos <input type="checkbox"/> Acima dos 36 anos						
2. Sexo: <input type="checkbox"/> Home <input type="checkbox"/> Mulher						
3. Titulação: <input type="checkbox"/> Graduação <input type="checkbox"/> Especialista <input type="checkbox"/> Mestre <input type="checkbox"/> Doutor						
4. Tempo de docência: <input type="checkbox"/> 2 a 5 anos <input type="checkbox"/> 6 a 9 anos <input type="checkbox"/> 10 a 13 anos <input type="checkbox"/> Acima dos 14 anos						
5. Quantidade (s) de filho (s): <input type="checkbox"/> não tenho <input type="checkbox"/> de 01 a 03 filhos <input type="checkbox"/> acima de 04 filhos						
6. O que você entende por Educação de Qualidade? Descreva: _____						

<p>7. Na sua opinião o que leva a maioria dos professores a não matricular (em) seu (s) filho (s) na escola pública?</p> <p>Descreva: _____</p>						
<p>8. Qual (s) determinante (s) impossibilita (m) a escola pública em oferecer um ensino de melhor qualidade?</p> <p>Descreva: _____</p>						
<p>9. A gestão escolar tem promovido em <i>locus</i> momentos de trocas de experiências entre os professores?</p> <p>Descreva: _____</p>						
<p>10. Que estímulos a escola oferece aos estudantes para que os mesmos obtenham bons resultados nas provas externas do governo federal?</p> <p>Descreva: _____</p>						
<p>11. A gestão escolar promove uma gestão participativa e democrática?</p> <p>() sempre</p> <p>() algumas vezes</p> <p>() nunca</p>						
<p>12. Que (s) dificuldades você encontra na escola para realizar seu trabalho como docente?</p>						

Descreva: _____						
13. A família tem participado do processo de ensino aprendizagem dos estudantes? <input type="checkbox"/> ativamente <input type="checkbox"/> algumas vezes <input type="checkbox"/> nunca						
14. A escola tem promovido momentos de participação dos pais com os professores? <input type="checkbox"/> constantemente <input type="checkbox"/> algumas vezes <input type="checkbox"/> nunca						
15. Para você o que poderia ser modificado na escola, para poder se oferecer uma educação pública com maior qualidade? Descreva: _____						
16. O que a escola tem feito, para minimizar as dificuldades de aprendizagens que alguns estudantes apresentam? Descreva: _____						